

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

**COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO DE
ENERGIA ELÉTRICA – CEEE - G**

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis IFRS (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base de opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria (“PAA”)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita (Notas Explicativas nº 3.19.1 e 30)

Descrição do PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>As receitas de geração de energia elétrica da Companhia são reconhecidas mensalmente com base na energia contratada no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e na energia efetivamente gerada. A Companhia estima sua geração de energia para fins de contratação no ACL, sendo que as diferenças apuradas entre a energia contratada e a energia efetivamente gerada são liquidadas no Mercado de Curto Prazo da CCEE, ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).</p> <p>No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu a receita bruta de geração de energia no montante de R\$ 210.200 mil.</p> <p>Considerando a relevância dos montantes envolvidos, a complexidade contratual, a necessidade de adequada mensuração das liquidações no Mercado de Curto Prazo relativas à geração de energia, bem como o grau de julgamento aplicado pela Administração na estimativa da geração e na mensuração das exposições ao PLD, entendemos que o reconhecimento das receitas representa um principal assunto de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Entendimento e avaliação do processo de reconhecimento de receitas, considerando a natureza da receita, as regras de comercialização de energia elétrica, a estimativa de geração utilizada para fins de contratação no ACL, a apuração das diferenças no Mercado de Curto Prazo e os principais sistemas utilizados pela Companhia; ii. avaliação do desenho, da implementação e da efetividade operacional das atividades de controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita de geração de energia elétrica; iii. Seleção de transações de vendas ao longo do exercício, com base em amostragem, e confronto com os respectivos contratos de venda de energia no ACL e demais documentos suporte, para verificar se representavam receitas válidas e condizentes com o curso normal dos negócios; iv. Avaliação das premissas utilizadas pela Companhia para a estimativa da geração de energia e para a mensuração das exposições decorrentes das diferenças liquidadas ao PLD no Mercado de Curto Prazo; v. Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Administração da Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento da receita de geração de energia, bem como as divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS (IFRS *Accounting Standards*), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (R1). Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, datado de 12 de março de 2025, os quais, não contiveram nenhuma modificação. Os valores correspondentes a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em sua auditoria, emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis IFRS (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para

permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público

Curitiba, 11 de março de 2026.

Forvis Mazars Auditores Independentes - Sociedade Simples Ltda.
CRC 2SP023701/O-8 PR

Assinado por:

Everton Araken Paetzold

B1C88A01E3E0430...

Everton Araken Paetzold

Contador CRC 1PR 047.959/O-9



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
CEEE GERAÇÃO

SUMÁRIO

Relatório de Administração	3
Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas	
Balço Patrimonial.....	7
Demonstração do Resultado.....	8
Demonstração dos Resultados Abrangentes	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	10
Demonstração do Fluxo de Caixa	11
Demonstração do Valor Adicionado.....	12
Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas	13
Declaração dos Diretores da Companhia sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.....	62
Declaração dos Diretores da Companhia sobre o Relatório dos Auditores Independentes	63



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

APRESENTAÇÃO

A Administração da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G (“Companhia” ou “CEEE-G”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, elaborou o presente Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

HISTÓRICO DA COMPANHIA

A CEEE-G está atualmente sediada na Avenida Carlos Gomes, nº 222, Sala A, Bairro Boa Vista, CEP 90450-017, na Capital Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, tendo por objeto social precípua, realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras de energia elétrica, bem como a comercialização de energia elétrica.

A Companhia foi constituída em outubro de 2020 como resultado da cisão da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT. No referido processo de cisão, foi transferido à Companhia o acervo líquido cindido inerente às atividades de geração de energia elétrica, ficando as atividades de transmissão de energia com a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T (nova denominação social da CEEE-GT). Como condição para eficácia da cisão, houve a celebração, com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, do instrumento de transferência da concessão regulada pelo Contrato nº 025/2000 à CEEE-G, o que se deu em 08 de abril de 2021. Com isso, a CEEE-G passou a desempenhar suas atividades de forma totalmente segregada e autônoma.

No passado, a CEEE-G figurou como concessionária do serviço público de energia elétrica, sendo que o seu acionista controlador era, à época, o Estado do Rio Grande do Sul.

Nos anos de 2021 e 2022 a CEEE-G passou por um processo de desestatização. Assim, em 29 de julho de 2022, ocorreu o leilão do procedimento licitatório na forma do Edital nº 01/2022 (promovido pela Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Estado do Rio Grande do Sul), para aquisição de ações representativas de 66,23% do capital social da CEEE-G, pelo preço total de R\$ 928.000.000,00. A vencedora do Leilão foi a Companhia Florestal do Brasil S.A. (“CFB”), sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”). A conclusão do processo de aquisição ocorreu em 21 de outubro de 2022.

Em dezembro de 2022, a CFB adquiriu ações de emissão da CEEE-G, representativas de 32,74% do capital social, então detidas pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”). Com isso, a CFB passou a deter 98,96% de participação do capital social da Companhia.

Em novembro de 2023, a CEEE-G realizou a emissão de Oferta Pública de Aquisição de ações (“OPA”) para aquisição de até 100% das ações objeto da oferta, para conversão do registro de companhia aberta de “categoria A” para “categoria B”. No referido leilão, a Companhia adquiriu 1.271 ações ordinárias e 338 ações preferenciais de emissão própria, representativas de 0,017% do seu capital social total, ao preço por ação de R\$ 116,33 (cento e dezesseis reais e trinta e três centavos), totalizando o valor de R\$ 187.174,97 (cento e oitenta e sete mil, cento e setenta e quatro reais e noventa e sete centavos), com liquidação financeira realizada em 24 de novembro de 2023. O êxito da OPA culminou na conversão de registro da Companhia, passando da “categoria A” para a “categoria B”, deferida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM no dia 25 de janeiro de 2024.

Em 21 de fevereiro de 2024, ocorreu a Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) da Companhia, que deliberou sobre o resgate compulsório e posterior cancelamento de 98.375, (noventa e oito mil, trezentas e setenta e cinco ações), sendo 41.896 (quarenta e uma mil, oitocentas e noventa e seis) ações ordinárias e 56.479 (cinquenta e seis mil, quatrocentas e setenta e nove) ações preferenciais de emissão da CEEE-G, sem modificação do valor capital social da Companhia, nos termos do artigo 4º, parágrafo 5º, da Lei das S.A. Sendo assim, a partir da referida data, a CFB passou a deter 100% das ações de emissão da CEEE-G.



SÍNTESE DO DESEMPENHO ECONÔMICO

Os resultados a seguir representam os valores acumulados no exercício, bem como os resultados comparativos, quando apresentados, representam os valores acumulados até o final do mesmo período do ano anterior.

No exercício social de 2025, a Companhia apresentou uma receita líquida de R\$ 364.017, um aumento de 32% em relação ao mesmo período do ano anterior. Estes ganhos decorrem de uma melhor condição de mercado, possibilitando um aumento de 53% no preço médio de venda no Ambiente de Contratação Livre, efeito não integralmente repassado à receita devido à redução de volume de energia vendida neste ambiente em decorrência do arrendamento das Usinas de Canastra, Bugres e Ijuízinho. A Companhia teve um custo de serviço e de operação de R\$ 189.330, apenas 0,7% superior ao exercício de 2024, explicado principalmente pela variação positiva dos custos com compra de energia. Com isso, o resultado operacional do exercício de 2025 apresentou um aumento de 98,9% na comparação contra o mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 174.687, impactado principalmente pelo aumento das receitas.

No exercício, as receitas e despesas operacionais da Companhia somaram um valor negativo de R\$ 53.318, representando uma redução líquida de 51,7% em relação ao ano anterior, decorrente principalmente de evento não recorrente vinculado a contingências cíveis e trabalhistas. Ademais, a Companhia apresentou outras receitas e despesas líquidas no valor positivo de R\$ 302, contra R\$ 33.495 no mesmo período do ano anterior.

As equivalências patrimoniais da Companhia foram positivas em R\$ 42.345 no exercício, representando uma redução de 3,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido aos resultados de participações da Companhia em coligadas.

O resultado financeiro líquido em 2025 foi negativo em R\$ 134.342, refletindo uma redução de 28,9% em relação ao ano de 2024, principalmente pela redução nas despesas relacionadas às operações financeiras.

Por fim, o resultado líquido da Companhia foi um prejuízo de R\$ 3.615, contra um prejuízo de R\$ 65.303 verificado no mesmo período do ano passado, resultado este que reflete uma melhora operacional, relacionado principalmente ao aumento das receitas operacionais no período, combinado com a redução das despesas operacionais decorrentes de eventos não recorrentes e com os efeitos do resultado financeiro líquido.

INFORMAÇÕES DE EQUIDADE

A Companhia apresenta a seguir as informações de equidade. Abaixo estão as principais métricas, nos termos do artigo 133, §6º da Lei nº 6.404/76, conforme alterada:

Quadro 1: Quantidade e proporção de mulheres por nível hierárquico e evolução comparativa

As informações referentes à quantidade média anual e proporção de mulheres contratadas por nível hierárquico serão apresentadas tendo como base o total de colaboradores de cada nível, considerado como 100%.

Grupo	2025		2024	
	%	Quantidade média anual	%	Quantidade média anual
Administração	16,7%	1,00	16,7%	1,00
Liderança	14%	2,33	19%	3,00
Especialistas	50%	1,00	50%	1,00
Engenheiros	7%	1,00	7%	1,00
Nível Superior	43%	3,08	79%	3,86
Nível Técnico	16%	4,67	17%	5,29
Cargos Administrativos	51%	7,75	48%	9,14
Cargos Operacionais	10%	9,33	8%	6,86
Programa de Aprendizizes	100%	2,00	Não há	0,00
Consolidado	17,5%	30,7	18,1%	31,14



Quadro 2: participação feminina na administração da Companhia e evolução comparativa

No que se refere aos cargos da administração, o total de posições estatutárias e de governança será considerado como base de 100%.

Grupo	2025		2024	
	%	Quantidade média anual	%	Quantidade média anual
Conselho de Administração	33,4%	1	33,4%	1
Diretoria Estatutária	Não há	Não há	Não há	Não há

Quadro 3: Proporção da Remuneração Total Feminina em Relação à Masculina (Base Masculina = 100%) e evolução comparativa.

O quadro apresentado abaixo tem como base a remuneração fixa, variável e eventual de colaboradores do sexo masculino, em 100% em todas as categorias. Dessa forma, os percentuais exibidos na tabela representam exclusivamente a remuneração total feminina em relação a essa base masculina.

Grupo	2025	2024
Administração	N.R.	N.R.
Liderança	N.R.	90%
Especialistas	N.R.	N.R.
Engenheiros	N.R.	N.R.
Nível Superior	76%	100%
Nível Técnico	29%	38%
Cargos Administrativos	122%	116%
Cargos Operacionais	70%	97%
Consolidado	50%	75%

Nota: N.R. significa não reportado devido à proteção das informações pessoais do membro.

A análise das informações consolidadas indica, em determinados níveis organizacionais, diferenças na remuneração média entre homens e mulheres. Tais variações não decorrem de distinção remuneratória para funções equivalentes, mas refletem, sobretudo, a composição do quadro de colaboradores da Companhia, caracterizada por maior participação masculina em determinadas áreas, especialmente nas funções operacionais e técnicas. Nessas posições, observa-se, em média, maior tempo de empresa e de exercício na função, fatores que configuram critérios objetivos de diferenciação remuneratória, conforme previsto no art. 461, §1º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A CEEE-G, como controlada do Grupo CSN, reforça que sua Política Interna de Remuneração Fixa está fundamentada em critérios técnicos e objetivos, tais como responsabilidades do cargo, complexidade das funções, qualificação profissional e tempo de experiência, sendo aplicada de forma isonômica a todos os colaboradores.

A Companhia não adota qualquer prática de discriminação ou diferenciação remuneratória baseada em gênero, raça, idade, cor, religião, estado civil ou quaisquer outras características pessoais, mantendo seu compromisso permanente com a promoção da equidade e com o cumprimento da legislação vigente, incluindo a Lei nº 14.611/2023, que dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens.



AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, a Companhia informa que utiliza os serviços de Auditoria Independente da empresa Forvis Mazars Auditores Independentes – Sociedade Simples Ltda., em suas Demonstrações Financeiras 2025/2026, cujo montante de remuneração é de R\$ 101.852,00 (cento e um mil, oitocentos e cinquenta e dois reais), bem como os serviços de revisão de obrigações acessórias, no montante de R\$ 37.963,00 (trinta e sete mil, novecentos e sessenta e três reais).

Os Auditores Independentes declaram que a prestação de serviços não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de Auditoria Externa, baseados na Resolução nº 1.267/2009 do Conselho Federal de Contabilidade.

AGRADECIMENTOS

Registramos os nossos agradecimentos aos membros da Administração da Companhia, pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Nosso reconhecimento se estende à dedicação e ao empenho do quadro de colaboradores da Companhia, assim como são direcionados, extensivamente, a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para o cumprimento das obrigações da Companhia e para realização dos reportes aplicáveis, segundo a legislação e demais regulamentos em vigor.

Porto Alegre/RS, 11 de março de 2026.

Atenciosamente,

Administração da Companhia

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	709.808	699.416	709.888	699.549
Concessionárias e Permissionárias	5	1.091	15.460	1.091	15.460
Tributos a Recuperar	6	45.446	43.965	45.513	44.032
Estoques	7	3.101	3.719	3.101	3.719
Outros Créditos a Receber	8	18.283	14.186	18.285	14.188
Dividendos a Receber	9	76.026	74.050	76.026	74.050
Arrendamentos Operacionais	10	41.936	13.289	41.936	13.289
Despesas pagas antecipadamente		9.108	9.185	9.108	9.185
		904.799	873.270	904.948	873.472
NÃO CIRCULANTE					
Depósitos Judiciais	11	72.577	157.172	72.597	157.192
IR e Contribuição Social Diferidos	12	106.022	138.993	106.022	138.993
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	13.5	304	-	-	-
Outros Créditos a Receber	8	1	2.326	385	2.710
Investimentos	13	144.805	147.548	144.518	146.932
Imobilizado	14	208.333	69.875	208.382	69.924
Intangível	15	1.854.637	1.922.004	1.855.015	1.922.382
		2.386.679	2.437.918	2.386.919	2.438.133
TOTAL DO ATIVO		3.291.478	3.311.188	3.291.867	3.311.605
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	16	88.980	29.828	88.985	29.852
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	17	42.986	1.916.670	42.986	1.916.670
Obrigações Trabalhistas	18	7.063	5.295	7.063	5.295
Obrigações Fiscais	19	5.554	5.937	5.555	5.947
Provisões e Contingências Judiciais	21	8.887	46.575	8.887	46.575
Obrigações da Concessão	22	22.444	15.292	22.444	15.292
Contas a Pagar	23	11.005	12.410	11.005	12.410
Dividendos		19.101	19.397	19.101	19.397
Uso do Bem Público	24	3.558	2.052	3.558	2.052
Arrendamento Financeiro	25	1.486	1.140	1.486	1.140
Outros Passivos	26	27.496	19.642	27.496	19.642
		238.560	2.074.238	238.566	2.074.272
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	17	1.892.873	-	1.892.873	-
Provisões e Contingências Judiciais	21	140.074	192.697	140.074	192.697
Obrigações da Concessão	22	86.477	93.615	86.477	93.615
Uso do Bem Público	24	7.293	8.707	7.293	8.707
Contas a Pagar	23	16.529	30.962	16.529	30.962
Arrendamento Financeiro	25	1.531	740	1.531	740
Outros Passivos	26	13.151	12.137	13.534	12.520
		2.157.928	338.858	2.158.311	339.241
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	28.1	755.962	755.962	755.962	755.962
Outros Resultados Abrangentes	28.3	(2.069)	(1.816)	(2.069)	(1.816)
Reservas de Lucros	28.2	141.097	143.946	141.097	143.946
		894.990	898.092	894.990	898.092
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.291.478	3.311.188	3.291.867	3.311.605

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	30	364.017	275.850	364.017	275.850
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(189.330)	(188.019)	(189.330)	(188.019)
Custo com Energia Elétrica	31	(49.270)	(28.510)	(49.270)	(28.510)
Custo de Operação	32	(140.060)	(159.509)	(140.060)	(159.509)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		174.687	87.831	174.687	87.831
Outras Receitas e Despesas Operacionais		(52.999)	(109.939)	(53.318)	(110.382)
Despesas Gerais e Administrativas	32	(17.472)	(11.168)	(17.791)	(11.611)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	32	(35.527)	(98.771)	(35.527)	(98.771)
Outras Receitas e Outras Despesas	33	302	33.495	302	33.495
RESULTADO DO SERVIÇO		121.990	11.387	121.671	10.944
Resultado de Participações Societárias		42.019	43.504	42.345	43.962
Resultado Financeiro, Líquido	34	(134.335)	(188.960)	(134.342)	(188.976)
Receitas financeiras		105.083	91.914	105.083	91.914
Despesas Financeiras		(239.418)	(280.874)	(239.425)	(280.890)
RESULTADO ANTES DO IR E CS		29.674	(134.069)	29.674	(134.070)
Imposto de Renda Diferido	35	(24.468)	50.563	(24.468)	50.564
Contribuição Social Diferida	35	(8.821)	18.203	(8.821)	18.203
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(3.615)	(65.303)	(3.615)	(65.303)
Prejuízo Básico e Diluído por Ação Ordinária e Preferencial - R\$	29	(0,22570)	(6,84652)	(0,22570)	(6,84652)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(3.615)	(65.303)	(3.615)	(65.303)
Outros resultados abrangentes		(253)	8.790	(253)	8.790
Realização do custo atribuído dos ativos		(383)	(2.153)	(383)	(2.153)
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído dos ativos		130	732	130	732
Registro do ganho (perda) atuarial		-	10.211	-	10.211
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(3.868)	(56.513)	(3.868)	(56.513)
Prejuízo Básico e Diluído por Ação Ordinária e Preferencial - R\$	29	(0,22570)	(6,84652)	(0,22570)	(6,84652)
Atribuído ao Acionista da Companhia Controladora		-	-	(3.868)	(56.513)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social		Reserva de Lucro	Ações em tesouraria	Outros Resultados Abrangentes	(Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Subscrito	Capital a Integralizar					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	755.962	-	219.409	(5.749)	(5.349)	-	964.273
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(65.303)	(65.303)
Outros resultados abrangentes							
Realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	-	(2.153)	2.153	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	-	732	-	732
Registro de ganho atuarial	-	-	-	-	4.954	5.257	10.211
Cancelamento de ações	-	-	(17.570)	5.749	-	-	(11.821)
Absorção de Resultado							
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	(57.893)	-	-	57.893	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	755.962	-	143.946	-	(1.816)	-	898.092
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(3.615)	(3.615)
Dividendos baixados	-	-	296	-	-	-	296
Aumento de capital	610.000	(610.000)	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes							
Realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	-	(383)	383	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	-	130	-	130
Absorção do Resultado							
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	(3.145)	-	-	3.232	87
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.365.962	(610.000)	141.097	-	(2.069)	-	894.990

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo líquido do período	(3.615)	(65.303)	(3.615)	(65.303)
Despesas (Receitas) que não afetam caixa				
Depreciação e amort. dos bens de ativo imobilizado e intan,	4.668	4.533	4.668	4.533
Amortização Ativo Financeiro Setorial - VIC	-	98	-	98
Amortização UBP e outorga	68.946	68.875	68.946	68.875
Constituição/Reversão de provisões	(89.880)	45.918	(89.880)	45.918
Resultado de equivalência patrimonial	(42.019)	(43.504)	(42.345)	(43.962)
Encargos empréstimos, financiamentos e debêntures	214.545	246.478	214.545	246.478
Amortização do custo da transação	2.585	8.412	2.585	8.412
Ganho na alienação de investimentos e consórcios	-	(8.451)	-	(8.451)
Arrendamento consórcios e serviços de O&M	(43.169)	(13.733)	(43.169)	(13.733)
Ganho/perda na alienação de imobilizado e intangível	48	2.424	48	2.424
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33.289	(68.766)	33.289	(68.766)
Outros	(2.702)	4.083	(2.975)	4.259
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO AJUSTADO	142.696	181.064	142.097	180.782
Variações nos ativos circulantes e não circulante	96.087	(93.678)	96.337	(93.740)
Concessionárias e Permissionárias	14.369	(1.623)	14.369	(1.623)
Tributos a recuperar	(1.799)	(24.657)	(1.548)	(24.724)
Estoques	618	(256)	618	(256)
Depósitos judiciais	84.595	(91.339)	84.595	(91.339)
Despesas pagas antecipadamente	78	(2.950)	77	(2.945)
Outros créditos a receber	(1.774)	27.147	(1.774)	27.147
Variações nos passivo circulantes e não circulante	53.053	90.810	53.045	90.791
Fornecedores	59.153	16.398	59.153	16.398
Obrigações trabalhistas	1.767	(1.810)	1.768	(1.810)
Obrigações fiscais	(17.883)	26.858	(17.892)	26.839
Provisão para benefícios a empregados	-	(10.262)	-	(10.262)
Obrigações da concessão	12	8.031	12	8.031
Arrendamento Financeiro	1.137	1.880	1.137	1.880
Outros passivos	8.867	49.715	8.867	49.715
Pagamentos contingências	(17.017)	(21.992)	(17.017)	(21.992)
Pagamentos Encargos UBP	(3.053)	-	(3.053)	-
Pagamentos de juros empréstimos, financiamentos e debên	(137.686)	(248.133)	(137.686)	(248.133)
IRPJ/CSLL pagos	(17.499)	(27.547)	(17.499)	(27.547)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	116.581	(119.476)	116.224	(119.839)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	(98.233)	34.887	(97.929)	34.973
Venda investimento	-	39.809	-	39.809
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(140.799)	(40.827)	(140.799)	(40.827)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(304)	(86)	-	-
Dividendos recebidos	42.870	35.991	42.870	35.991
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Caixa aplicado/gerado nas atividades de financiamento	(7.956)	-	(7.956)	-
Captação de debêntures	2.400.000	-	2.400.000	-
Captação de notas comerciais	500.000	-	500.000	-
Captação de empréstimos - BNDES	200.000	-	200.000	-
Pagamento debêntures - principal	(3.100.000)	-	(3.100.000)	-
Pagamento BNDES - principal	(7.956)	-	(7.956)	-
Varição do caixa	10.392	(84.589)	10.339	(84.866)
Redução/Aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	699.416	784.005	699.549	784.415
No final do exercício	709.808	699.416	709.888	699.549
	10.392	(84.589)	10.339	(84.866)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITAS				
Receita Operacional Bruta	401.346	319.150	401.346	319.150
Outras Receitas e Despesas	2.923	33.741	2.923	33.741
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(215.325)	(157.339)	(215.644)	(157.781)
Material	(900)	(1.806)	(900)	(1.806)
Serviços de Terceiros	(23.236)	(29.268)	(23.236)	(29.268)
Custo de Energia Comprada	(49.270)	(28.510)	(49.270)	(28.510)
Outras Despesas Operacionais	(141.919)	(97.755)	(142.238)	(98.197)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	188.944	195.552	188.625	195.110
(-) Depreciação e Amortização	(4.668)	(4.452)	(4.668)	(4.452)
(-) Amortização UBP	(580)	(508)	(580)	(508)
(-) Amortização Outorga	(68.366)	(68.367)	(68.366)	(68.367)
(-) Provisões	89.880	(19.030)	89.880	(19.030)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	205.210	103.195	204.891	102.753
(+) Resultado de Participações Societárias	42.019	43.504	42.345	43.962
(+) Receitas Financeiras	105.083	91.914	105.083	91.914
(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	352.312	238.613	352.319	238.629
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	37.673	41.518	37.673	41.518
Remuneração Direta	30.794	31.910	30.794	31.910
Benefícios	4.331	4.787	4.331	4.787
Plano de Benefícios Previdenciais	-	330	-	330
F.G.T.S.	2.548	4.491	2.548	4.491
Impostos, Taxas e Contribuições	78.335	(19.523)	78.335	(19.523)
Federais	76.658	(19.807)	76.658	(19.807)
Estaduais	1.396	30	1.396	30
Municipais	281	254	281	254
Remuneração de Capitais de Terceiros	239.919	281.921	239.926	281.937
Despesas de Locações	501	1.047	501	1.047
Despesas Financeiras	239.418	280.874	239.425	280.890
Remuneração de Capitais Próprios	(3.615)	(65.303)	(3.615)	(65.303)
Prejuízo Líquido do Exercício	(3.615)	(65.303)	(3.615)	(65.303)
Total	352.312	238.613	352.319	238.629

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INSTITUCIONAL

A Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G (“Companhia” ou “CEEE-G”), com sede na Avenida Carlos Gomes, nº 222, Sala A, bairro Boa Vista, na Capital Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como acionista controlador a Companhia Florestal do Brasil, com 100% do seu capital total, na data base dessas Demonstrações Financeiras.

Em 22 de novembro de 2023, a CEEE-G realizou o leilão da OPA para aquisição de até 100% (cem por cento) das ações objeto da oferta, para fins de conversão de registro de companhia aberta de “categoria A” para a “categoria B”. No referido leilão, a Companhia adquiriu 1.271 (mil, duzentas e setenta e uma) ações ordinárias e 338 (trezentas e trinta e oito) ações preferenciais de emissão própria, representativas de 0,017% do seu capital social, ao preço de R\$ 116,33 (cento e dezesseis reais e trinta e três centavos) por ação, totalizando o valor de R\$ 187.174,97 (cento e oitenta e sete mil, cento e setenta e quatro reais e noventa e sete centavos), com liquidação financeira efetuada em 24 de novembro de 2023. O êxito da Oferta culminou na conversão de registro de “categoria A” para “categoria B”, deferida pela CVM no dia 25 de janeiro de 2024. Em continuidade aos procedimentos da OPA, em 21 de fevereiro de 2024, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, o resgate e cancelamento de 98.375 (noventa e oito mil, trezentas e setenta e cinco) ações, sendo 41.896 (quarenta e uma mil, oitocentas e noventa e seis) ações ordinárias e 56.479 (cinquenta e seis mil, quatrocentas e setenta e nove) ações preferenciais de emissão da CEEE-G, sem modificação do valor do capital social da Companhia, nos termos do artigo 4º, parágrafo 5º, da Lei das S.A.

A CEEE-G tem por objeto precípua realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras de energia elétrica, bem como a celebração de atos decorrentes dessas atividades, tais como a comercialização de energia elétrica.

A Companhia ciente das suas obrigações de curto prazo avalia periodicamente as opções disponíveis.

1.1. Das Concessões e demais ativos

1.1.1. Concessão de Geração

A Companhia possui a outorga do Contrato de Concessão nº 004/2022, firmado em 18 de novembro de 2022, sob o regime de produtor independente de energia elétrica, que passou a regular a partir daquela data a exploração dos potenciais hidráulicos já detidos pela Companhia, originalmente regulados pelo Contrato de Concessão nº 025/2000, que foi encerrado. Para o novo contrato, passaram a vigor também novos valores para as Garantias Físicas das usinas, parâmetro que define o máximo montante de energia que a Companhia pode negociar.

Vinculados ao novo contrato, foram estabelecidas também novas obrigações para a Companhia, com destaque para a necessidade do pagamento para a União do chamado Bônus de Outorga. Isso ocorreu na data de 08 de dezembro de 2022, em um montante total de R\$ 2.051.016.278,51 (dois bilhões, cinquenta e um milhões, dezesseis mil, duzentos e setenta e oito reais e cinquenta e um centavos). Também passou a existir a obrigação de recolhimento, a partir do 13º mês do contrato, de encargo pelo Uso do Bem Público (UBP), correspondente a 2,5% da receita auferida pela Companhia nos doze meses anteriores ao pagamento. Esses pagamentos ao Poder Concedente tiveram início em dezembro de 2023 e as liquidações serão realizadas em parcelas mensais no prazo de 05 (cinco) anos.

Em 28 de março de 2023, a Companhia foi autorizada pela ANEEL a prosseguir com a transferência das concessões das Usinas Hidrelétricas Itaúba e Passo Real, para o Consórcio Itaúba Energia e o Consórcio Passo Real Energia, formados por empresas do grupo econômico de sua controladora. Adicionalmente, nos termos da Resolução Autorizativa nº 16.253, de 17 de junho de 2025, a Companhia foi autorizada pela ANEEL a prosseguir com a transferência das concessões das Usinas Hidrelétricas Canastra e Bugres e da Pequena Central Hidrelétrica Ijuzinho, para o Consórcio Itaúba Energia, supramencionado, cujo processo de transferência foi concluído em 06 de agosto de 2025.

A transferência das concessões tem como objetivo o suprimento de energia elétrica para os negócios do grupo, sob o regime de autoprodução, atingindo a autossuficiência de energia elétrica para as respectivas Unidades Consumidoras. Para tanto, a Companhia celebrou, com o Consórcio Itaúba Energia e Consórcio Passo Real Energia, contratos de arrendamento das instalações, além de contratos de prestação de serviços de operação, manutenção e administração dos respectivos ativos, com vigência de 15 anos contados a partir da conclusão da modelagem das usinas no sistema “SigaCCEE”, podendo ser renovado até o fim da concessão das usinas.

A Companhia classificou as operações decorrentes desses contratos como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R2) – Arrendamentos, pois mantém sob sua responsabilidade o controle e as operações das usinas, reconhecendo mensalmente as receitas e custos mensuradas no resultado operacional.

Os contratos de arrendamento visam assegurar à Companhia a rentabilidade esperada com a comercialização da energia gerada pelas respectivas usinas. Os valores contratuais foram mensurados considerando os preços praticados no mercado livre de energia, avaliando contratos de energia de longo prazo, além dos custos previstos e obrigações incorridas por transferir a concessão.

Adicionalmente, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 15.766, de 21 de janeiro de 2025, que extinguiu as concessões de algumas Pequenas Centrais Hidrelétricas com capacidade instalada menor que 5MW, suprimindo-as do contrato de concessão em vigor. De qualquer maneira, os ativos permanecem sob propriedade da Companhia, agora abrangidas junto à ANEEL por Registros de Centrais Geradoras de Capacidade Reduzida. A tabela a seguir apresenta os principais parâmetros das usinas da CEEE-G, incluindo as Centrais Geradoras de capacidade reduzida (CGHs) já operadas pela Companhia, chamadas Toca e Ivaí, que não estavam originalmente abrangidas pelo Contrato de Concessão.

Usinas	Tipo	Potência Outorgada (MW)	Garantia Física (MWm)	Prazo Final da Concessão
Itaúba	UHE	500,40	176,10	18/11/2052
Jacuí	UHE	180,00	112,60	18/11/2052
Passo Real	UHE	158,00	67,60	18/11/2052
Canastra	UHE	44,80	24,40	18/11/2052
Bugres	PCH	17,62 ¹	9,90	18/11/2052
Ijuízinho	PCH	1,12	0,69	18/11/2052
Ernestina	CGH	3,70	2,71	Indeterminado
Capigui	CGH	3,20	0,84	Indeterminado
Guarita	CGH	1,76	0,97	Indeterminado
Santa Rosa	CGH	1,58	0,82	Indeterminado
Herval	CGH	1,50	0,26	Indeterminado
Passo do Inferno	CGH	1,10	0,49	Indeterminado
Forquilha	CGH	1,10	0,92	Indeterminado
Toca	CGH	1,12	0,33	Indeterminado
Ivaí	CGH	0,72	0,44	Indeterminado
Total		917,72	399,07	

¹ Considera a Potência Instalada de ampliação da usina, autorizada nos termos Despacho ANEEL nº 1.891/2020 e suas alterações supervenientes.

1.1.2. UHE Dona Francisca

Para além da exploração do Contrato de Concessão nº 004/2022, a CEEE-G também participa do Consórcio Dona Francisca, regrado pelo Contrato de Concessão ANEEL nº 188/1999.

O Consórcio Dona Francisca é responsável pela exploração da UHE Dona Francisca, localizada no rio Jacuí, no Estado do Rio Grande do Sul, com uma potência instalada de 125 MW e uma garantia física de 72,5 MW médios. A cota-parte da CEEE-G no Consórcio é de 15%, o que implica neste mesmo percentual de custos e encargos sob responsabilidade da Companhia. A exceção é o custo do risco hidrológico, usualmente denominado de GSF (Generation Scaling Factor), arcado integralmente pela CEEE-G.

Conforme previsto no Contrato de Constituição do Consórcio, de forma independente da garantia física real da usina, a Companhia é responsável pelo repasse da parcela de energia na participação dos demais integrantes do consórcio (85%) sobre o montante 80 MW médios, o equivalente a 68 MW médios. Este montante energético também é base para fins de cálculo do ressarcimento da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH), arcado integralmente pela CEEE-G e ressarcido pela demais integrantes do consórcio, de forma fixa e independente da geração efetiva da usina.

Esta sistemática permanecerá vigente até 28/08/2033, data em que se inicia o prazo de extensão da concessão da usina, nos termos da repactuação do risco hidrológico instituído pela Lei nº 14.052/2020. A partir desta data,

os consorciados acordaram a repartição do GSF e da Garantia Física de forma proporcional às participações no Consórcio até o final da concessão, em 21/09/2037.

Usinas	Tipo	Potência Instalada (MW) Contrato de Concessão	Participação da CEEE-G	Garantia Física (MWm)	Garantia Física CEEE-G (MWm)	Prazo Final da Concessão
Dona Francisca	UHE	125,00	15,00%	72,50	4,50 ²	21/09/2037

² Até 28/08/2033. Após essa data, o montante passa para 10,875 MW médios.

1.1.3. UHE Jacuí

Em 07 de outubro de 2025, a ANEEL emitiu o Despacho SFT nº 2.998, publicado no Diário Oficial da União de 09 de outubro de 2025, que suspendeu a operação comercial das unidades geradoras UG1 a UG6 da Usina Hidrelétrica (UHE) Jacuí. A Companhia protocolou, em 13 de outubro de 2025, recurso administrativo com pedido de efeito suspensivo junto ao órgão regulador, e em 23 de outubro de 2025, a ANEEL decidiu negar provimento ao recurso administrativo interposto ao pedido de efeito suspensivo, conforme o Despacho nº 3.155, publicado em 24 de outubro de 2025.

Diante da decisão proferida, a Companhia impetrou mandado de segurança junto ao poder judiciário, que resultou na concessão de liminar suspendendo os efeitos do Despacho supracitado, assegurando-se a manutenção da operação comercial da UHE Jacuí até o julgamento final do processo administrativo pela Diretoria Colegiada da ANEEL. Na reunião de Diretoria da ANEEL do dia 02/12/2025 o assunto entrou na pauta, mas não foi deliberado, em função de um pedido de vistas de um dos Diretores. Dessa maneira, o julgamento do recurso administrativo da CEEE-G permanece suspenso, até divulgação do Voto-Vista e deliberação da Diretoria da ANEEL, ainda sem prazo definido. Neste contexto, isto é, sem definição do mérito da questão, permanece vigente a liminar judicial citada e a operação comercial da usina.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas ("Demonstrações Financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e de acordo com o *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e sendo que apenas essas informações correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. As Demonstrações Financeiras consolidadas estão identificadas como "Consolidado" e as Demonstrações Financeiras individuais da Controladora estão identificadas como "Controladora".

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela ANEEL, quando essas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As Demonstrações Financeiras compreendem, também, a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), exigida para todas as companhias abertas, nos termos da Lei nº 11.638/2007. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração, que neste relatório é apresentada como informação adicional.

As Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 11 de março de 2026.

2.1.1. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção, quando aplicável, dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

2.1.2. Moeda de Apresentação e Moeda Funcional

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.1.3. Resultado por Ação

Quando aplicável, não há diferença entre o resultado por ação, em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados.

2.2. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, requer que a Administração realize estimativas e o uso de julgamentos para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas Demonstrações Financeiras.

Tais estimativas e julgamentos são feitos com base no princípio da continuidade e na experiência da Administração, estando suportados pela melhor informação disponível na data da apresentação das Demonstrações Financeiras. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou quando as situações em que estavam baseadas se alteram. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas referem-se às seguintes questões:

Transações e venda de energia elétrica na CCEE

A Companhia registra compras e vendas efetuadas por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ("CCEE"), de acordo com as informações disponibilizadas pela própria entidade. Nos meses em que as informações não são disponibilizadas em tempo hábil, a Companhia estima o valor utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

A Companhia registra perda estimada sobre suas rubricas de contas a receber alinhada às expectativas da Administração quando existem incertezas quanto ao recebimento da contraprestação esperada. Assim, a Companhia considera que as provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Concessionárias, Permissionárias e Partes Relacionadas.

Passivos contingentes

As provisões para contingentes, quando aplicáveis, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, a partir da avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos judiciais. Processos com expectativa de risco de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego

As obrigações atuariais registradas, quando aplicáveis, são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes, com base na expectativa de vida do participante, na idade média de aposentadoria e na inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Periodicamente, a Companhia revisa as estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, considerando um estudo técnico de viabilidade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que o estimado pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Ativo Contratual

Quando aplicável, a taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos ativos de contrato, por considerar os riscos e os prêmios específicos do negócio.

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo

A Administração da Companhia, quando aplicável, utiliza como referência os preços de fechamento apurados na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. Para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, a Companhia utiliza técnicas de avaliação para definição do valor justo, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. A Administração entende que os métodos utilizados são adequados para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados considerando a vida útil regulatória dos bens, estabelecida pela ANEEL. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada de vida útil dos bens.

Ativo Intangível

A Companhia reconhece a amortização de seus ativos intangíveis, relacionados a softwares e direitos dessa natureza, com base na vida útil regulatória estabelecida pela ANEEL para esses ativos, e àqueles relacionados a direitos de exploração da geração de energia elétrica com base no prazo do contrato de concessão. A estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada de vida útil dos intangíveis.

2.3. Procedimento de Consolidação

As Demonstrações Financeiras da CEEE-G contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela CEEE-G.

	% de Participação em 31/12/2025	% de Participação em 31/12/2024
Ventos de Curupira	99,99%	99,99%
Ventos de Povo Novo	99,99%	99,99%
Ventos de Vera Cruz	99,99%	99,99%

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas com as empresas consolidadas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais políticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios e períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras. São elas:

3.1. Ativos e Passivos Financeiros

Quando aplicável, a Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas Demonstrações Financeiras somente quando ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento ou na data em que tiveram origem.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando riscos ou benefícios ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação são transferidos.

3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem os saldos de caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, a partir da data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que 03 meses são registrados como equivalentes de caixa.

3.3. Concessionárias e Permissionárias

Incluem os valores vencidos e a vencer referentes a suprimento de energia elétrica até a data das Demonstrações Financeiras, para Concessionárias e Permissionárias, apuradas pelo regime de competência, bem como as vendas de energia na CCEE, conforme informações disponibilizadas pela referida Câmara.

3.4. Estoques

Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis quando aplicável e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição.

Periodicamente, de acordo com a materialidade, a Companhia avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques são reconhecidas como despesa do exercício em que a redução ou a perda ocorrerem.

3.5. Investimentos

3.5.1. Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são aqueles cujas atividades operacionais e financeiras são conduzidas pela Companhia por meio do seu direito de voto e quando a Companhia está exposta ou tem direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras da Controladora, e consolidados integralmente para fins de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

3.5.2. Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (*joint venture*). A influência significativa ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 (vinte) e 50 (cinquenta) por cento do capital votante de outra entidade e/ou tem o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada.

3.5.3. Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura em participações em Coligadas – Goodwill

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) deve estar contido no saldo contábil do investimento a ser apresentado no balanço da entidade investidora, registrado dentro do subgrupo investimento no ativo não circulante, sendo testado anualmente (ou com mais frequência caso existam evidências para tal) frente ao valor recuperável.

3.6. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

3.7. Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. Incluem softwares e direitos desta natureza, assim como os valores atinentes à outorga das usinas da Companhia, nos termos da nota explicativa nº 15.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando, eventualmente, aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

3.8. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*impairment*)

3.8.1. Ativos Financeiros

A Companhia avalia anualmente se existem evidências que possam indicar desvalorização ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e, se o valor contábil exceder o valor recuperável, o valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de perda estimada.

Reversões subsequentes de valores anteriormente registrados como redução ao valor recuperável e mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

3.8.2. Ativos Não Financeiros

A Companhia avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e, se o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para perda estimada ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.9. Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos mercantis, quando aplicáveis, são reconhecidos como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

3.10. Valor Justo

- I. **Ativo Contratual:** quando aplicável, o ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual compreende o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura a serviço da concessão no local e condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão.

- II. **Outros Ativos e Passivos Financeiros:** quando aplicável, o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das Demonstrações Financeiras.
- III. **Empréstimos, Recebíveis e Outros Créditos:** quando aplicável, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. A Companhia entende que os valores contábeis na data de transição dos recebíveis de contratos de concessão de serviços representam a melhor estimativa do seu valor justo. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

3.11. Contas a Pagar e Fornecedores

Os valores de Contas a Pagar e Fornecedores são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos e trazidas ao valor presente quando aplicável na data das transações, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia.

3.12. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos do custo de transação e posteriormente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros, comissões e eventuais encargos financeiros são registrados por competência, ou seja, de acordo com o tempo transcorrido.

3.13. Provisões Judiciais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única, a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

3.14. Outros Ativos e Passivos

Os outros ativos e passivos sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais são corrigidos, quando aplicáveis, com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das Demonstrações Financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas estimadas, quando aplicável.

3.15. Capital Social

O capital social é reconhecido pelo valor de subscrição, na ocasião em que é subscrito, assim como os montantes a integralizar, quando aplicável. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.16. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os impostos e contribuições correntes e diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data fim do período a que se referem às Demonstrações Financeiras e que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras.

Impostos e contribuições diferidas ativas são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.17. Provisão para Benefícios a Empregados

Quando aplicável, as obrigações futuras, estimadas anualmente com base em avaliação atuarial elaborada por atuário independente, são registradas para cobrir os gastos com os planos de previdência complementar dos empregados, dentro dos parâmetros contidos na nota explicativa nº 20.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida etc. As premissas utilizadas na avaliação atuarial são revisadas e atualizadas ao final de cada exercício ou quando ocorrerem eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação.

O valor presente das obrigações de benefício definido é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado e o ativo ou passivo do plano de benefício definido reconhecido nas Demonstrações Financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano, quando houver. Toda e qualquer obrigação com característica de benefício pós-emprego e registrada à luz do contexto descrito na nota explicativa nº 20.

3.18. Registro de Compra e Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil, os valores, quando mensuráveis com razoabilidade, são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

3.19. Reconhecimento da Receita

3.19.1. Receita da Geração

A receita de geração e comercialização de energia é reconhecida mensalmente pelo faturamento dos contratos firmados no ambiente livre, os quais são pactuados através de leilões de energia ou negociações bilaterais. Estes contratos preveem o fornecimento de uma determinada quantidade de energia, por um determinado período, bem como estabelecem as condições de preço e de reajuste. Eventuais montantes de energia não comercializados via contratos acabam sendo liquidados no Mercado de Curto Prazo na CCEE, sendo estes valorados pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD, também compoendo a receita da geração.

3.19.2. Receita de Arrendamentos e O&M

A receita de arrendamentos e O&M (Operação e Manutenção) é reconhecida mensalmente com base nos contratos de arrendamentos das usinas de Itaúba e Passo Real, bem como nos contratos de serviços de operação e manutenção dessas usinas, firmados com o Consórcio Itaúba – Energia e o Consórcio Passo Real – Energia, cujos valores foram fixados em tais contratos.

3.19.3. Receita Financeira

A receita financeira referente à atualização dos recebíveis de contratos de concessão é reconhecida com base no método da taxa efetiva de juros.

3.20. Despesa Financeira

A despesa financeira referente à atualização dos empréstimos e financiamentos é reconhecida com base nos contratos que regem as obrigações firmadas e se relaciona precipuamente com a operação de captação de debêntures, além das atualizações monetárias originárias de obrigações setoriais.

3.21. Transações com Partes Relacionadas

As operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes. Os detalhes dessas operações estão descritos na nota explicativa nº 27.

3.22. Questões Ambientais

Quando aplicável, a Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais correspondentes aos estudos de impacto do meio ambiente, exigidos pelos órgãos públicos competentes, para obtenção das licenças que permitirão a construção e instalação de novos empreendimentos, além daqueles referentes às compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento. Os gastos relacionados a questões ambientais posteriores a entrada em operação do empreendimento são registrados como resultado do exercício em que ocorreram.

Os projetos para construção e instalação de novos empreendimentos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM e Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA.

3.23. Reforma Tributária

A Emenda Constitucional 132/2023 e parcialmente regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, introduziu profundas mudanças no sistema tributário nacional, com um período de transição longo, compreendido entre os anos de 2026 e 2032. A Companhia reconhece sua complexidade e está comprometida em envidar todos os esforços necessários para assegurar sua plena adequação às disposições estabelecidas. Neste contexto, a Administração monitora ativamente os desdobramentos da reforma tributária, avaliando potenciais impactos sobre a operação e os resultados financeiros da Companhia. O planejamento e a execução das medidas de adequação incluirão investimentos em tecnologia, treinamento de equipes e revisão de processos, com o objetivo de mitigar riscos e garantir a conformidade com as novas exigências legais. Os impactos das novas regras tributárias somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

3.24. Adoção dos novos requisitos, normas, alterações e interpretações

1.a) Adoção dos novos requisitos, normas, alterações, orientações e interpretações

Os requisitos, normas, alterações, orientações e interpretações que entraram em vigor para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2025, foram:

- **Alteração à IAS 21/CPC 02 (R2) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – Falta de permutabilidade:** estabelece orientações específicas para a mensuração e divulgação de transações e saldos em moeda estrangeira quando não há taxa de câmbio observável em razão da falta de permutabilidade entre moedas, definindo critérios para estimativa da taxa de câmbio aplicável nessas circunstâncias; e,
- **OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO):** orientação aplicável ao reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão (allowances) e instrumentos semelhantes, quando relevantes, à luz das Normas IFRS já emitidas.

Em relação aos pronunciamentos supracitados, a Companhia não identificou impactos significativos que viessem a alterar o reconhecimento, a mensuração ou a divulgação de suas Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Os requisitos, normas, alterações, orientações e interpretações que entrarão em vigor para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026 são:

IFRS S1/CBPS 01 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade: estabelece os requisitos para a divulgação de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, no curto, médio e longo prazo, que possam afetar os fluxos de caixa, o acesso a financiamento e o custo de capital da entidade. A Companhia utilizará o alívio de adoção inicial previsto no Apêndice C da CBPS 01 – Disposições Transitórias e divulgará as informações em conformidade com a norma a partir do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2027.

IFRS S2/CBPS 02 – Requisitos de divulgação relacionados ao clima: estabelece os requisitos para a divulgação de riscos e oportunidades relacionadas ao clima e que impactam materialmente as Demonstrações Financeiras da Companhia. O principal impacto previsto para tal adoção é a conexão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima já divulgados ao mercado por meio de outros relatórios com as Demonstrações Financeiras e suas respectivas projeções. A adoção datará do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2026, e a Companhia encontra-se em estágio intermediário de implementação do referido pronunciamento.

Alterações no IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros e IFRS 7/CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação: introduzem esclarecimentos específicos sobre a avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais e sobre o desconhecimento de passivos financeiros, além de ampliar os requisitos de divulgação aplicáveis a determinados instrumentos financeiros.

Alterações no IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40 – Contratos de eletricidade dependentes da natureza: esclarecem o tratamento contábil aplicável a contratos de compra e venda de eletricidade cujo volume ou preço esteja vinculado a fatores naturais, como condições climáticas.

IAS 21/CPC 02 – Tradução para uma moeda de apresentação de economia hiperinflacionária: esclarece os critérios para tradução das Demonstrações Financeiras quando a moeda funcional pertence a uma economia hiperinflacionária e a entidade apresenta suas informações em moeda distinta.

Melhorias anuais ao IFRS – Volume 11. A adoção está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026, com possibilidade de adoção antecipada:

- i) **IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro:** As mudanças visam esclarecer questões relacionadas à primeira aplicação das normas, garantindo uma adoção mais fluida para as empresas;
- ii) **IFRS 7 - Instrumentos Financeiros:** As emendas buscam melhorar as orientações sobre a divulgação de informações financeiras relacionadas a instrumentos financeiros, além de esclarecer a implementação de certos requisitos;
- iii) **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:** As modificações visam corrigir inconsistências ou fornecer mais clareza sobre a aplicação de certas disposições desta norma, especialmente relacionadas à mensuração e classificação dos instrumentos financeiros.
- iv) **IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas:** As melhorias tratam de questões menores sobre a aplicação de controle e a determinação de quando uma entidade deve consolidar suas subsidiárias;
- v) **IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa:** As alterações são feitas para melhorar a clareza nas orientações sobre a apresentação dos fluxos de caixa, especialmente em relação às atividades de financiamento e a classificação de certos fluxos.

IFRS 18/CPC 51 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: estabelece novos requisitos para a apresentação e divulgação da Demonstração do Resultado, substituindo os atuais requisitos de apresentação previstos no IAS 1. A norma introduz princípios aprimorados de agregação, desagregação e classificação das informações, além de exigir a divulgação, em nota explicativa, de medidas de desempenho definidas pela administração que atendam aos critérios estabelecidos, com o objetivo de aumentar a comparabilidade e a transparência das demonstrações financeiras. Com base nas análises realizadas até o momento, a Companhia estima que os principais impactos potenciais estejam relacionados à apresentação do resultado, a possíveis reflexos na Demonstração do Fluxo de Caixa e à ampliação das divulgações em nota explicativa, incluindo a conciliação de medidas como o EBITDA ajustado. A adoção ocorrerá para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2027, e a Companhia já iniciou o projeto de implementação da norma.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: estabelece um conjunto de requisitos de divulgação reduzidos aplicável a subsidiárias elegíveis que não possuem responsabilidade pública, mantendo a aplicação integral dos demais requisitos de reconhecimento e mensuração previstos nas Normas IFRS. A Companhia adotará a norma no exercício iniciado em 01 de janeiro de 2027, conforme previsto em normativo aplicável.

Não foram identificados outros impactos que não os acima mencionados no que tange ao reconhecimento, mensuração e divulgação contábeis da Companhia na data-base e nos exercícios subsequentes.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Numerário Disponível	1.370	189	1.450	322
Aplicações Financ. de Liq. Imediata	708.438	699.227	708.438	699.227
	709.808	699.416	709.888	699.549

4.1. Numerário Disponível

O valor de R\$ 1.370 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 189 em 31 de dezembro de 2024) na Controladora e R\$ 1.450 (R\$ 322 em 31 de dezembro de 2024) no Consolidado refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

4.2. Aplicações Financeiras

O valor de R\$ 708.438 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 699.227 em 31 de dezembro de 2024) na Controladora e no Consolidado refere-se predominantemente à aplicação nas instituições Banco C6 S.A., Banco do Brasil S.A. e Banco Bradesco S.A. remuneradas pela taxa CDI, com liquidez imediata.

5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Suprimento de Energia	699	10.984
Energia de Curto Prazo - CCEE	199	2.022
Títulos de Crédito a Receber	193	2.454
	1.091	15.460

5.1. Composição do Saldo

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
A Vencer	461	1.879
Vencidos até 30 dias	50	10.421
Vencidos até 180 dias	-	368
Vencidos acima de 180 dias	580	2.792
	1.091	15.460

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS/COFINS a Compensar	3.285	120	3.285	120
INSS a Compensar	1.937	1.852	1.937	1.852
IRPJ e CSLL a Compensar	39.880	41.859	39.880	41.862
Outros	344	134	411	198
	45.446	43.965	45.513	44.032

- **Reforma Tributária brasileira:**

A Companhia acompanha a sua implementação, que prevê a substituição gradual dos tributos atuais por um novo modelo baseado na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e na instituição do Imposto Seletivo (IS).

Eventuais impactos, que inclui os testes de recuperabilidade dos ativos, serão avaliados prospectivamente à medida que a regulamentação aplicável for concluída.

7. ESTOQUES

O saldo de R\$ 3.101 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 3.719 em 31 de dezembro de 2024) na Controladora e no Consolidado refere-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinadas à alienação, todos valorados a preço médio.

8. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	9.654	1.295	9.654	1.295
Adiantamento a Fornecedores/Empregados	3.278	2.247	3.278	2.247
Serviços Prestados/Alugueis	3.058	778	3.058	778
Termo de Acordo GSF Dfesa	2.377	16.641	2.377	16.641
Contas a Receber	12.155	10.097	12.541	10.483
Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa	(12.238)	(14.546)	(12.238)	(14.546)
	18.284	16.512	18.670	16.898
Circulante	18.283	14.186	18.285	14.188
Não circulante	1	2.326	385	2.710

8.1. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

O valor de R\$ 9.654 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.295 em 31 de dezembro de 2024) na Controladora e no Consolidado refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Companhia, visando a geração de novos processos ou produtos, bem como o aprimoramento de suas características. Quando da conclusão dos projetos, serão reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente submetidos à auditoria e à avaliação final da ANEEL (vide nota explicativa nº 22.a).

8.2. Adiantamentos a Fornecedores e Empregados

O valor de R\$ 3.278 em 31 de dezembro de 2025 (2.247 em 31 de dezembro de 2024) na Controladora e no Consolidado refere-se principalmente a adiantamento ao fornecedor Energy INC, bem como a adiantamentos diversos a empregados.

8.3. Termo de Acordo GSF DFESA - Repactuação Risco Hidrológico Usina Dona Francisca

Em 08 de fevereiro de 2022 a ANEEL aprovou a repactuação do risco hidrológico da UHE Dona Francisca, consoante a Resolução Autorizativa nº 11.132. Neste sentido, ocorreu o deferimento da extensão da Concessão da Usina em 1.485 dias, passando o final da outorga de 28/02/2033 para 21/09/2037. Superada essa etapa, passou a produzir eficácia o Termo de Acordo firmado entre a CEEE-G e Dona Francisca Energética S.A. (“DFESA”), que redistribuiu os riscos do Consórcio, com a garantia física da Usina, do risco hidrológico e do risco de engenharia na proporção da participação de Dona Francisca (85%) e CEEE-G (15%) no empreendimento (vide nota explicativa nº 1.1.2). Diante desta redistribuição, a DFESA pagará à CEEE-G a quantia de R\$ 57.056, em 48 parcelas, a serem adimplidas, a partir do mês de março de 2022, com atualização do crédito por 100% do CDI, já tendo sido recebidas 46 (quarenta e seis) parcelas.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Termo de Acordo	57.056	57.056
Atualização	15.530	14.221
Parcelas recebidas	(70.209)	(54.636)
Saldo a Receber	2.377	16.641
Circulante	2.377	14.264
Não Circulante	-	2.377

8.4. Contas a Receber

O valor de R\$ 12.155 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 10.097, em 31 de dezembro de 2024) na Controladora e R\$ 12.541 (R\$ 10.483, em 31 de dezembro de 2024) no Consolidado refere-se predominantemente a créditos detidos contra a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T, desestatizada em outubro de 2021, valores ainda oriundos das operações de cisão da então denominada Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT (vide nota explicativa nº 26.1).

8.5. Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

O valor de R\$ 12.238 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 14.546 em 31 de dezembro de 2024) na Controladora e no Consolidado refere-se principalmente a perdas estimadas decorrentes das transações de ressarcimento com a CEEE-T, havendo ainda saldos de outros devedores.

9. DIVIDENDOS A RECEBER

O valor de R\$ 76.026 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 74.050, em 31 de dezembro de 2024) na Controladora e no Consolidado refere-se a dividendos declarados pelas investidas.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO			
	31/12/2024	Constituídos / Revertidos	Recebidos	31/12/2025
Ceran	71.884	-	-	71.884
Chapecoense	-	44.846	(42.870)	1.976
Palmares	915	-	-	915
Ventos da Lagoa	705	-	-	705
Ventos do Litoral	529	-	-	529
Ventos dos Índios	17	-	-	17
	74.050	44.846	(42.870)	76.026

10. ARRENDAMENTOS OPERACIONAIS

O valor de R\$ 41.936 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 13.289 em 31 de dezembro de 2024) na Controladora e no Consolidado refere-se predominantemente a créditos das operações de arrendamentos das instalações de usinas, oriundas dos contratos firmados pela Companhia com o Consórcio Itaúba - Energia e com o Consórcio Passo Real – Energia (vide nota explicativa 1.1.1).

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos Judiciais	3.274	13.531	3.294	13.551
Depósitos Judiciais Vinculados	69.303	143.641	69.303	143.641
	72.577	157.172	72.597	157.192

O valor de R\$ 3.274 em 31 de dezembro de 2025 (de R\$ 13.531, em 31 de dezembro de 2024) na Controladora e R\$ 3.294 (R\$ 13.551, em 31 de dezembro de 2024) no Consolidado refere-se a depósitos judiciais dos processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. O valor de R\$ 69.303 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 143.641, em 31 de dezembro de 2024) na Controladora e no Consolidado refere-se aos depósitos judiciais vinculados a processos classificadas com expectativa de perda provável (vide nota explicativa 21).

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

12.1. Base de Cálculo dos Tributos Diferidos

Nos termos do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia estimou seus tributos diferidos, especialmente no tocante ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, considerando a legislação fiscal nacional e as normas societárias aplicáveis. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. Adicionalmente, o ativo fiscal diferido é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das Demonstrações Financeiras.

12.1.1. Tributos Diferidos Líquidos

Tributos Diferidos	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Diferenças Temporárias Tributáveis	(1.439)	(6.419)
Diferenças Temporárias Dedutíveis	107.461	145.412
Saldo Contábil Líquido	106.022	138.993

12.1.2. Diferenças Temporárias Tributáveis

O montante desse passivo fiscal diferido, referente a Imposto de Renda e Contribuição Social incidentes sobre as diferenças temporárias tributáveis, foi calculado à alíquota de 34%, nos termos da legislação tributária. O valor reconhecido totaliza, em 31 de dezembro de 2025, R\$ 1.439 (R\$ 6.419 em 31 de dezembro de 2024).

Diferenças Temporárias Tributáveis	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Reconhecimento do Custo Atribuído	1.854	2.237
Termo de Acordo GSF DFESA	2.377	16.642
Base de Cálculo do Passivo Fiscal Diferido	4.231	18.879
IR/CS Reconhecimento do Custo Atribuído	631	761
IR/CS Termo de Acordo GSF DFESA	808	5.658
Total do Passivo Fiscal Diferido (IR/CS Alíquota 34%)	1.439	6.419

12.1.3. Diferenças Temporárias Dedutíveis

A Companhia, em consonância com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, contabiliza seu ativo fiscal diferido referente a Imposto de Renda e Contribuição Social calculado à alíquota de 34%. Esse ativo refere-se ao valor do tributo sobre o lucro, que será recuperado em período futuro, relacionado a diferenças temporárias entre a base de cálculo fiscal e a base de cálculo societária da CEEE-G. O valor do ativo fiscal diferido reconhecido pela CEEE-G totaliza, em 31 de dezembro de 2025, R\$ 107.461 (R\$ 145.412 em 31 de dezembro de 2024).

Créditos Tributários	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízos Fiscais / Bases Negativas	135.426	142.770
Provisão para Contingências Trabalhistas	134.432	117.415
Provisão para Contingências Cíveis	21.027	129.368
Provisão para Contingências Fiscais	40	23
Provisão para Contingências Ambientais	555	7.212
Provisão para Contingências Previdenciárias	12.238	14.546
Outras Diferenças Temporárias	5.343	9.398
Direitos de Uso - IFRS 16 / CPC 06	7.000	6.950
Total das Diferenças Temporárias	316.061	427.682
IR/CS Prejuízos Fiscais / Bases Negativas	46.045	48.542
IR/CS Provisão para Contingências Trabalhistas	45.707	39.921
IR/CS Provisão para Contingências Cíveis	7.149	43.985
IR/CS Provisão para Contingências Fiscais	14	8
IR/CS Provisão para Contingências Ambientais	189	2.452
IR/CS Provisão para Contingências Previdenciárias	4.161	4.946
IR/CS Outras Diferenças Temporárias	1.816	3.195
IR/CS Direitos de Uso - IFRS 16 / CPC 06	2.380	2.363
Total do Crédito Fiscal s/Diferenças Temporárias (IR/CS Alíquota 34%)	107.461	145.412

12.1.4. Estimativas de Liquidação dos Tributos Diferidos

A Administração estimou a realização do ativo fiscal diferido líquido nos exercícios futuros.

ANO CALENDÁRIO	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	ATIVO	PASSIVO
Exercício de 2025	-	-
Exercício de 2026	-	938
Exercício de 2027	-	130
Exercício de 2028	1.388	130
Exercício de 2029	11.473	130
Exercício de 2030	17.435	111
A partir do Exercício de 2031	77.165	-
Total	107.461	1.439

13. INVESTIMENTOS

13.1. Composição

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial				
Controladas – incluídas no consolidado	287	616	-	-
Coligadas – não consolidadas	144.251	146.665	144.251	146.665
Outros investimentos	220	220	220	220
	144.758	147.501	144.471	146.885
Propriedade para investimento	47	47	47	47
Total Investimentos e participações societárias	144.805	147.548	144.518	146.932

13.2. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial da CEEE-G estão classificados nos seguintes segmentos de negócio:

13.2.1. Controladas

13.2.1.1. Complexo Eólico Povo Novo

O Complexo Eólico Povo Novo está localizado no município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, sendo formado por 3 Centrais Geradoras Eólicas (CGE), totalizando a potência instalada de 52,5 MW.

Em 05 de fevereiro de 2014, a ANEEL publicou o Despacho de nº 276, habilitando as vencedoras do Leilão nº 09/2013, referente a empreendimentos de energia eólica. A cindida CEEE-GT participou dos 3 consórcios vencedores, relativos ao Complexo Eólico Povo Novo.

Em 26 de fevereiro de 2014, foram constituídas as sociedades Ventos de Povo Novo S.A., Ventos de Curupira S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A. O capital social originalmente subscrito em cada sociedade foi de R\$ 10, representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas.

Em junho de 2024, foram integralizados os adiantamentos para futuro aumento de capital nos montantes de R\$ 1.590 em Ventos de Povo Novo S.A.; R\$ 3.029 em Ventos de Curupira S.A.; e de R\$ 2.027 em Ventos de Vera Cruz S.A.

Em abril de 2024, foram publicados pela ANEEL os Despachos de nº 1027, 1028 e 1029/2024, com a penalidade de revogação das outorgas de autorização para implantação e exploração das centrais eólicas Povo Novo, Curupira e Fazenda Vera Cruz (“Complexo Eólico Povo Novo”), em decorrência do atraso na implantação dos empreendimentos. Após recurso administrativo das sociedades contra a imposição da penalidade, a ANEEL indeferiu o pleito e manteve a revogação das outorgas, conforme Despacho de nº 3.156/2024, de 22/10/2024. Dessa maneira, foi definitivamente revogada a necessária autorização para implantação do Complexo Eólico Povo Novo, o que resulta no encerramento do projeto.

Em 2025, foi efetuado adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 304 em Ventos de Curupira S.A.

13.2.2. Coligadas

Os investimentos são avaliados por equivalência patrimonial, considerando que a Companhia possui membros no Conselho de Administração das investidas e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições.

Em outubro de 2024 a Companhia alienou a totalidade de sua participação societária na companhia Ventos do Sul Energia S.A. O valor da operação foi efetivado pela importância de R\$ 39.809, resultando em um ganho na alienação do investimento de R\$ 8.451.

13.2.2.1. Chapecoense Geração S.A.

Em 01 de março de 2007, a cindida Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (“CEEE-GT”), a CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL”) e a Chapecoense Geração S.A. (“Chapecoense”) assinaram o Acordo de Acionistas da Foz do Chapecó Energia S.A. (“FCE”), sociedade de propósito específico (“SPE”), com distrato do consórcio anteriormente formalizado entre as partes.

A Resolução Autorizativa ANEEL de nº 879, de 17 de abril de 2007, autorizou a transferência da quota-parte detida pela Chapecoense na concessão da UHE Foz do Chapecó para a FCE, alterando-se a estrutura acionária, que passou a ter a seguinte composição: CPFL, 51%; CEEE-GT, 9%; e Chapecoense, 40%. Posteriormente ocorreram modificações no quadro societário da investida, todavia, mantendo-se o percentual de participação da Companhia em 9%.

A potência instalada da usina, localizada no Rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó-SC e Alpestre-RS, corresponde a 855 MW, distribuída em quatro grupos geradores. Em março de 2011, passou a operar com sua capacidade máxima.

13.2.2.2. Jaguari Energética S.A

Refere-se à participação da Companhia na Jaguari Energética S.A., para a construção da PCH Furnas do Segredo, empreendimento de 9,8 MW, localizada no Rio Jaguari, no Estado do Rio Grande do Sul, cujo início das operações ocorreu em setembro de 2005.

Em 30 de agosto de 2004, a participação da cindida CEEE-GT reduziu de 30% para 14,19%. Em novembro de 2006, conforme Resolução de Diretoria nº 486, a cindida CEEE-GT não manifestou interesse em acompanhar os aportes deliberados pelos demais acionistas da sociedade, reduzindo sua participação para 10,5%, percentual atual de participação da CEEE-G.

13.2.2.3. Companhia Energética Rio das Antas - CERAN

Refere-se à participação de 30% na Companhia Energética Rio das Antas - CERAN, para implantação e exploração dos empreendimentos hidrelétricos nas usinas Castro Alves, Monte Claro e 14 de julho, todas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, que somam potência instalada correspondente a 360 MW.

A UHE Monte Claro iniciou a operação comercial de fornecimento de energia em 29 de dezembro de 2004 com a primeira unidade geradora e, em 29 de novembro de 2006, entrou em operação a segunda unidade geradora. A UHE Castro Alves iniciou a operação comercial em 04 de março de 2008 com a primeira unidade geradora, em 02 de abril de 2008, começou a operar a segunda unidade geradora e, em 06 de junho de 2008, a terceira. A UHE 14 de julho iniciou sua operação comercial em 25 de dezembro de 2008 com a primeira unidade geradora e, em 12 de março de 2009, com a segunda unidade geradora.

13.3. Demonstrações Financeiras das Investidas

	31/12/2025		31/12/2024	
	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)
Controladas				
Ventos de Curupira	61.736	99,99%	65.172	99,99%
Ventos de Povo Novo	27.473	99,99%	29.064	99,99%
Ventos de Vera Cruz	69.044	99,99%	71.071	99,99%
Coligadas				
Chapecoense	254.509	9,00%	254.509	9,00%
Jaguari	17.680	10,50%	17.680	10,50%
Ceran	283.808	30,00%	283.808	30,00%

13.3.1. Demonstrações Financeiras das Controladas e Coligadas

	31/12/2025			31/12/2024		
	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) do período	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Controladas						
Ventos de Curupira	61.736	521	(269)	64.922	486	(371)
Ventos de Povo Novo	27.473	171	(22)	29.062	193	(25)
Ventos de Vera Cruz	69.044	(98)	(35)	71.072	(63)	(62)
	158.253	594	(326)	165.056	616	(458)
Coligadas						
Chapecoense	254.509	701.260	527.799	254.509	671.754	485.343
Jaguari	17.680	27.759	(39)	17.680	27.176	938
Ceran	283.808	260.739	15.647	283.808	245.093	(33.042)
	555.997	989.758	543.407	555.997	944.023	453.239

13.4. Movimentação dos investimentos

	CONTROLADORA					Saldos em 31/12/2025
	Saldos em 31/12/2024	Aumento de Capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Outros	
Controladas						
Ventos de Curupira	486	304	-	(269)	(3)	518
Ventos de Povo Novo	193	-	-	(22)	-	171
Ventos de Vera Cruz	(63)	-	-	(35)	-	(98)
Coligadas						
Chapecoense	60.458	-	(44.846)	47.502	-	63.114
Jaguari	2.766	-	-	62	87	2.915
Ceran	83.441	-	-	(5.219)	-	78.222
Outros Investimentos	220	-	-	-	-	220
	147.501	304	(44.846)	42.019	84	145.062

	CONTROLADORA							Saldos em 31/12/2024
	Saldos em 31/12/2023	Aumento de Capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Alienação de Investimentos	Resultado na Alienação	Outros	
Controladas								
Ventos de Curupira	(2.329)	3.186	-	(371)	-	-	-	486
Ventos de Povo Novo	(1.371)	1.589	-	(25)	-	-	-	193
Ventos de Vera Cruz	(2.029)	2.028	-	(62)	-	-	-	(63)
Coligadas								
Chapecoense	51.375	-	(31.683)	40.766	-	-	-	60.458
Jaguari	2.565	-	-	192	-	-	9	2.766
Ceran	82.913	-	4.381	(3.853)	-	-	-	83.441
Ventos do Sul	10.635	-	(4.308)	6.857	(39.809)	26.625	-	-
Ágio Ventos do Sul	18.174	-	-	-	-	(18.174)	-	-
Outros Investimentos	231	-	-	-	-	-	(11)	220
	160.164	6.803	(31.610)	43.504	(39.809)	8.451	(2)	147.501

	CONSOLIDADO					Saldos em 31/12/2025
	Saldos em 31/12/2024	Aumento de Capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Outros	
Coligadas						
Chapecoense	60.458	-	(44.846)	47.502	-	63.114
Jaguari	2.766	-	-	62	87	2.915
Ceran	83.441	-	-	(5.219)	-	78.222
Outros Investimentos	220	-	-	-	-	220
	146.885	-	(44.846)	42.345	87	144.471

	CONSOLIDADO							Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Aumento de Capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Alienação de Investimentos	Resultado na Alienação	Outros	
Coligadas								
Chapecoense	51.375	-	(31.683)	40.766	-	-	-	60.458
Jaguari	2.565	-	-	192	-	-	9	2.766
Ceran	82.913	-	4.381	(3.853)	-	-	-	83.441
Ventos do Sul	10.635	-	(4.308)	6.857	(39.809)	26.625	-	-
Ágio Ventos do Sul	18.174	-	-	-	-	(18.174)	-	-
Outros Investimentos	231	-	-	-	-	-	(11)	220
	<u>165.893</u>	<u>-</u>	<u>(31.610)</u>	<u>43.962</u>	<u>(39.809)</u>	<u>8.451</u>	<u>(2)</u>	<u>146.885</u>

13.5. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

	CONTROLADORA	
	31/12/2025	31/12/2024
Ventos de Curupira SA	304	-
	<u>304</u>	<u>-</u>

14. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA				
	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2025
Custo					
Barragens	573.525	-	-	3.183	576.708
Terrenos	13.102	-	-	-	13.102
Edificações	93.912	-	-	-	93.912
Máquinas e Equipamentos	431.846	-	(83)	10.888	442.651
Veículos	1.299	-	-	-	1.299
Móveis e Utensílios	790	-	-	-	790
Direito de uso	2.107	2.375	-	-	4.482
	<u>1.116.581</u>	<u>2.375</u>	<u>(83)</u>	<u>14.071</u>	<u>1.132.944</u>
Depreciação					
Barragens	(555.259)	(729)	-	-	(555.988)
Edificações	(92.686)	(21)	-	-	(92.707)
Máquinas e Equipamentos	(380.112)	(2.541)	-	-	(382.653)
Veículos	(1.299)	-	-	-	(1.299)
Móveis e Utensílios	(747)	(7)	-	-	(754)
Direito de uso	(263)	(1.370)	-	-	(1.633)
	<u>(1.030.366)</u>	<u>(4.668)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.035.034)</u>
Redução pelo valor da Indenização	(79.264)	-	-	-	(79.264)
Total do Imobilizado em Serviço	<u>86.215</u>	<u>(2.293)</u>	<u>(83)</u>	<u>14.071</u>	<u>97.910</u>
Total do Imobilizado em Curso	<u>62.924</u>	<u>140.799</u>	<u>35</u>	<u>(14.071)</u>	<u>189.687</u>
Total do Ativo Imobilizado	<u>69.875</u>	<u>138.506</u>	<u>(48)</u>	<u>-</u>	<u>208.333</u>

CONTROLADORA

	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Transferência entre grupos - BDUF e PPI	31/12/2024
Custo						
Barragens	572.051	-	-	1.474	-	573.525
Terrenos	13.068	-	-	-	34	13.102
Edificações	92.418	-	-	454	1.040	93.912
Máquinas e Equipamentos	409.423	-	(1)	22.415	9	431.846
Veículos	1.299	-	-	-	-	1.299
Móveis e Utensílios	790	-	-	-	-	790
Direito de uso	-	2.107	-	-	-	2.107
	<u>1.089.049</u>	<u>2.107</u>	<u>(1)</u>	<u>24.343</u>	<u>1.083</u>	<u>1.116.581</u>
Depreciação						
Barragens	(552.851)	(2.408)	-	-	-	(555.259)
Edificações	(92.278)	(17)	-	(391)	-	(92.686)
Máquinas e Equipamentos	(378.281)	(1.820)	-	(2)	(9)	(380.112)
Veículos	(1.299)	-	-	-	-	(1.299)
Móveis e Utensílios	(739)	(8)	-	-	-	(747)
Direito de uso	-	(263)	-	-	-	(263)
	<u>(1.025.448)</u>	<u>(4.516)</u>	<u>-</u>	<u>(393)</u>	<u>(9)</u>	<u>(1.030.366)</u>
Redução pelo valor da Indenização	<u>(79.264)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(79.264)</u>
Total do Imobilizado em Serviço	<u>63.601</u>	<u>(2.409)</u>	<u>(1)</u>	<u>23.950</u>	<u>1.074</u>	<u>86.215</u>
Total do Imobilizado em Curso	<u>49.124</u>	<u>40.827</u>	<u>(3.077)</u>	<u>(23.950)</u>	<u>-</u>	<u>62.924</u>
Total do Ativo Imobilizado	<u>33.461</u>	<u>38.418</u>	<u>(3.078)</u>	<u>-</u>	<u>1.074</u>	<u>69.875</u>

CONSOLIDADO

	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2025
Custo					
Barragens	573.525	-	-	3.183	576.708
Terrenos	13.102	-	-	-	13.102
Edificações	93.912	-	-	-	93.912
Máquinas e Equipamentos	431.846	-	(83)	10.888	442.651
Veículos	1.300	-	-	-	1.300
Móveis e Utensílios	789	-	-	-	789
Direito de uso	2.107	2.375	-	-	4.482
	<u>1.116.581</u>	<u>2.375</u>	<u>(83)</u>	<u>14.071</u>	<u>1.132.944</u>
Depreciação					
Barragens	(555.259)	(729)	-	-	(555.988)
Edificações	(92.686)	(21)	-	-	(92.707)
Máquinas e Equipamentos	(380.112)	(2.541)	-	-	(382.653)
Veículos	(1.299)	-	-	-	(1.299)
Móveis e Utensílios	(747)	(7)	-	-	(754)
Direito de uso	(263)	(1.370)	-	-	(1.633)
	<u>(1.030.366)</u>	<u>(4.668)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.035.034)</u>
Redução pelo valor da Indenização	<u>(79.264)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(79.264)</u>
Total do Imobilizado em Serviço	<u>86.215</u>	<u>(2.293)</u>	<u>(83)</u>	<u>14.071</u>	<u>97.910</u>
Total do Imobilizado em Curso	<u>62.973</u>	<u>140.799</u>	<u>35</u>	<u>(14.071)</u>	<u>189.736</u>
Total do Ativo Imobilizado	<u>69.924</u>	<u>138.506</u>	<u>(48)</u>	<u>-</u>	<u>208.382</u>

CONSOLIDADO						
	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Transferência entre grupos - BDUF e PPI	31/12/2024
Custo						
Barragens	572.051	-	-	1.474	-	573.525
Terrenos	13.068	-	-	-	34	13.102
Edificações	92.418	-	-	454	1.040	93.912
Máquinas e Equipamentos	409.423	-	(1)	22.415	9	431.846
Veículos	1.300	-	-	-	-	1.300
Móveis e Utensílios	789	-	-	-	-	789
Direito de uso	-	2.107	-	-	-	2.107
	<u>1.089.049</u>	<u>2.107</u>	<u>(1)</u>	<u>24.343</u>	<u>1.083</u>	<u>1.116.581</u>
Depreciação						
Barragens	(552.851)	(2.408)	-	-	-	(555.259)
Edificações	(92.278)	(17)	-	(391)	-	(92.686)
Máquinas e Equipamentos	(378.281)	(1.820)	-	(2)	(9)	(380.112)
Veículos	(1.299)	-	-	-	-	(1.299)
Móveis e Utensílios	(739)	(8)	-	-	-	(747)
Direito de uso	-	(263)	-	-	-	(263)
	<u>(1.025.447)</u>	<u>(4.516)</u>	<u>-</u>	<u>(393)</u>	<u>(9)</u>	<u>(1.030.366)</u>
Redução pelo valor da Indenização	<u>(79.264)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(79.264)</u>
Total do Imobilizado em Serviço	<u>63.601</u>	<u>(2.410)</u>	<u>(1)</u>	<u>23.950</u>	<u>1.074</u>	<u>86.215</u>
Total do Imobilizado em Curso	<u>49.173</u>	<u>40.827</u>	<u>(3.077)</u>	<u>(23.950)</u>	<u>-</u>	<u>62.973</u>
Total do Ativo Imobilizado	<u>33.510</u>	<u>38.418</u>	<u>(3.078)</u>	<u>-</u>	<u>1.074</u>	<u>69.924</u>

O Ativo Imobilizado da Companhia é composto por Usinas de Geração, bens administrativos, bens não vinculados à Concessão e outros fora do alcance da ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão / CPC 47 – Receita com Contrato de Cliente, e bens do ativo imobilizado em curso. Face ao Contrato de Concessão nº 004/2022, com base no disposto na Nota Técnica nº 39/2021/ASSEC do Ministério de Minas e Energia (MME) e no Relatório de Cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) nº EPE-DEE-RE-041/2020-R1 da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), em outubro de 2022 a Companhia reconheceu uma perda estimada no valor da indenização, da Usina de Itaúba, no montante de R\$79,3 milhões.

A vida útil média dos bens, por natureza, é demonstrada a seguir:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Barragens	49	49
Edificações	28	28
Máquinas, equipamentos e instalações	32	32
Móveis e utensílios	16	16
Veículos	7	16

14.1. Direito de Uso

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO		
	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	-	1.844	1.844
Custo	-	2.107	2.107
Depreciação acumulada	-	(263)	(263)
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	-	1.844	1.844
- Adição	2.375	-	2.375
- Depreciação	(317)	(1.053)	(1.370)
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	2.058	791	2.849
Custo	2.375	2.107	4.482
Depreciação acumulada	(317)	(1.316)	(1.633)
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	2.058	791	2.849

15. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA							
	31/12/2023	Reconhecimento	Baixas	Amortizações	31/12/2024	Reconhecimento	Amortizações	31/12/2025
Custo								
Softwares	578	-	(420)	-	158	-	-	158
Concessão Contratual	2.051.016	-	-	-	2.051.016	-	-	2.051.016
Uso do Bem Público - UBP	13.502	914	-	-	14.416	1.579	-	15.995
	2.065.096	914	(420)	-	2.065.590	1.579	-	2.067.169
Amortização								
Softwares	(141)	-	-	(17)	(158)	-	-	(158)
Concessão Contratual	(74.064)	-	-	(68.367)	(142.431)	-	(68.366)	(210.797)
Uso do Bem Público - UBP	(489)	-	-	(508)	(997)	-	(580)	(1.577)
	(74.694)	-	-	(68.892)	(143.586)	-	(68.946)	(212.532)
	1.990.402	914	(420)	(68.892)	1.922.004	1.579	(68.946)	1.854.637

	CONSOLIDADO							
	31/12/2023	Reconhecimento	Baixas	Amortizações	31/12/2024	Reconhecimento	Amortizações	31/12/2025
Serviços	378	-	-	-	378	-	-	378
Softwares	578	-	(420)	-	158	-	-	158
Concessão Contratual	2.051.016	-	-	-	2.051.016	-	-	2.051.016
Uso do Bem Público - UBP	13.502	914	-	-	14.416	1.579	-	15.995
	2.065.474	914	(420)	-	2.065.968	1.579	-	2.067.547
Amortização								
Softwares	(141)	-	-	(17)	(158)	-	-	(158)
Concessão Contratual	(74.064)	-	-	(68.367)	(142.431)	-	(68.366)	(210.797)
Uso do Bem Público - UBP	(489)	-	-	(508)	(997)	-	(580)	(1.577)
	(74.694)	-	-	(68.892)	(143.587)	-	(68.946)	(212.532)
	1.990.780	914	(420)	(68.892)	1.922.382	1.579	(68.946)	1.855.015

O Ativo Intangível da Companhia é composto preponderantemente pelos valores referentes ao direito de exploração da concessão, bem como pelas aquisições de softwares, licenças de uso e demais direitos dessa natureza.

(a) Concessão Contratual e Uso do Bem Público (UBP):

Os valores atrelados à Concessão Contratual e ao Uso do Bem Público referem-se ao direito de exploração da geração de energia elétrica pela Companhia, outorgado nos termos do Contrato de Concessão nº 004/2022.

A amortização desses valores foi calculada usando o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado, com base no método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos determinada pelo prazo da concessão, que se encerra em novembro de 2052.

16. FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Encargos de Uso da Rede	87.050	20.424	87.050	20.424
Materiais e Serviços	1.843	9.397	1.843	9.397
Outros	87	7	92	31
	88.980	29.828	88.985	29.852

16.1. Risco Sacado

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Materiais e Serviços	350	-	350	-
	350	-	350	-

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures	1.186.000	1.916.670
Notas Comerciais	556.936	-
Empréstimo BNDES	192.923	-
	1.935.859	1.916.670
Circulante	42.986	1.916.670
Não Circulante	1.892.873	-

17.1. Debêntures

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Principal	1.231.250	1.900.000
Encargo da Dívida	4.464	16.670
(-) Custo de Transação a Amortizar	(49.714)	-
	1.186.000	1.916.670
Circulante	10.704	1.916.670
Não Circulante	1.175.296	-

17.1.1. Emissões de Debêntures

17.1.1.1. 1ª Emissão

Em 06 de dezembro de 2022 a Companhia concluiu, após aprovação na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de novembro de 2022, a 1ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no montante de R\$1.900.000, na quantidade de 1.900.000 (um milhão e novecentas mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), as quais foram objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos, nos termos da regulamentação da CVM.

As Debêntures foram emitidas com prazo de vencimento de 02 (dois) anos, em uma única data, qual seja, na Data de Vencimento, vencendo-se, portanto, em 06 de dezembro de 2024, à taxa de remuneração de CDI + 2,35% a.a. base 252 DU. Os recursos ingressaram no caixa da Companhia em 07 de dezembro de 2022, sendo alocados no pagamento do valor do Bônus de Outorga, conforme detalhado nos documentos da emissão das debêntures.

O pagamento da remuneração das Debêntures foi realizado semestralmente, sem carência, a partir da Data de Emissão, até o dia 06 (seis) dos meses de junho e dezembro de cada ano. Em 04 de dezembro de 2024, em Assembleia Geral, os Debenturistas aprovaram a prorrogação da data de vencimento das debêntures, passando a vencer em 04 de fevereiro de 2025, mantendo-se vigente as demais condições contratuais. Em 04 de fevereiro de 2025 a Companhia realizou o Evento de pagamento das Debêntures relativas a essa 1ª Emissão. A quitação da dívida foi realizada com uma combinação de recursos próprios provenientes das atividades da Emissora e/ou de outros financiamentos contratados via mercados financeiro e/ou de capitais (local ou externo), dentre outros.

17.1.1.2. 2ª Emissão

A Companhia aprovou, em 23 de janeiro de 2025, e concluiu, em 05 de fevereiro de 2025, sua 2ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 1.200.000, na quantidade de 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), na data de emissão. A 2ª Emissão é objeto de oferta pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação, sendo destinada a investidores profissionais.

Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão da 2ª Emissão é 15 de dezembro de 2024. Observado o disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 82 (oitenta e dois) dias, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 07 de março de 2025, à taxa de remuneração de CDI + 2,35% a.a. base 252 DU. Os recursos captados por meio das Debêntures foram integralmente utilizados para quitação parcial das obrigações decorrentes da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia.

Nos termos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, item 3.1.1, a Companhia deve reconhecer um passivo financeiro em seu balanço patrimonial, quando, e apenas quando, a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Ressalta-se que tal condição somente foi atendida em 05 de fevereiro de 2025, momento em que a Companhia firmou o contrato.

O pagamento da remuneração das Debêntures foi realizado, bem como a quitação da dívida desta emissão foi realizado no vencimento, com uma combinação de recursos próprios provenientes das atividades da Emissora e/ou de outros financiamentos contratados via mercados financeiro e/ou de capitais (local ou externo), dentre outros.

17.1.1.3. 3ª Emissão

A Companhia aprovou, em 23 de janeiro de 2025, e concluiu, em 07 de março de 2025, sua 3ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em até duas séries, no valor total de R\$ 1.200.000, na quantidade de 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), na data de emissão. A 3ª Emissão é objeto de oferta pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação, sendo destinada ao público investidor em geral. As Debêntures atenderão aos requisitos do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, de modo que seus titulares poderão fazer jus aos benefícios tributários na forma da lei.

Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é 15 de dezembro de 2024. Observado o disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 6.208 (seis mil, duzentos e oito) dias, contados da data de emissão, vencendo-se em 14 de dezembro de 2041, e as Debêntures da Segunda Série terão o prazo de vencimento de 6.209 (seis mil, duzentos e nove) dias contados da data da emissão, vencendo-se em 15 de dezembro de 2041. A atualização monetária do Valor Nominal Unitário das debêntures e a Remuneração das Debêntures incidirão nos termos avençados na Escritura da 3ª Emissão.

Nos termos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, item 3.1.1, a Companhia deve reconhecer um passivo financeiro em seu balanço patrimonial, quando, e apenas quando, a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Ressalta-se que tal condição somente foi atendida em 07 de março de 2025, momento em que a Companhia firmou o contrato.

Os recursos captados por meio das Debêntures foram destinados ao pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relativas a Projeto protocolado junto ao Ministério de Minas e Energia - MME (Protocolo Digital nº 002852.0009716/2024 e nº 002852.0012318/2024; Número Único de Protocolo (NUP) 48340.003497/2024-79. O referido projeto de investimento refere-se ao pagamento futuro e ao reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas aos projetos de investimento, incluindo pagamento da bonificação pela outorga prevista na Subcláusula Décima Primeira da Cláusula Quarta do Contrato de Concessão.

O pagamento da remuneração das Debêntures, de ambas as séries, será realizado semestralmente, sem carência, a partir da Data de Emissão das Debêntures, no dia 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro de cada ano.

17.1.2. Movimentação Debêntures

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	1.916.670	1.909.914
Captação	2.400.000	-
Amortização de principal	(3.100.000)	-
Atualização Monetária	31.250	-
Encargos financeiros provisionados	123.499	246.478
Custo da transação	(52.299)	8.412
Amortização do custo da transação	2.585	-
Encargos financeiros pagos	(135.705)	(248.134)
Saldo Final	1.186.000	1.916.670

17.2. Notas Comerciais

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Principal	516.182	-
Encargo da Dívida	40.754	-
	556.936	-
Circulante	-	-
Não Circulante	556.936	-

17.2.1. Emissões de Notas Comerciais

17.2.1.1. 1ª Emissão

A Companhia firmou, em 31 de janeiro de 2025, o Termo de Emissão de Nota Comercial Escritural, na condição de EMITENTE, com a Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”), na condição de CREDORA. A Emissão constitui a 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais da EMITENTE, no valor total de R\$ 500.000, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), na data de emissão, em série única, e terão prazo de vencimento de 1 ano, contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 31 de janeiro de 2026. O prazo de vigência das Notas

Comerciais Escriturais poderá ser renovado, a exclusivo critério da EMITENTE, por sucessivos períodos de 1 ano, até 31 de janeiro de 2042, mediante a celebração de aditamento ao Termo de Emissão, com, no mínimo, 90 dias de antecedência de cada Data de Vencimento. Em 19 de dezembro de 2025 foi celebrado o 2º Aditamento ao Termo de Emissão, para prorrogar o vencimento destas Notas Comerciais Escriturais até 31 de janeiro de 2027. A atualização monetária do Valor Nominal Unitário e a Remuneração incidirão nos termos avençados no Termo de Emissão da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais. O saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Notas Comerciais Escriturais será amortizado em 1 (uma) parcela única, que será paga na data de vencimento.

17.2.2. Movimentação Notas Comerciais

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Captação	500.000	-
Atualização monetária	16.182	-
Encargos financeiros provisionados	40.754	-
Saldo Final	556.936	-

17.3. Empréstimo BNDES

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Principal	192.485	-
Encargo da Dívida	438	-
	192.923	-
Circulante	32.282	-
Não Circulante	160.641	-

17.3.1. Empréstimo

A Companhia firmou, em 30 de dezembro de 2024, Contratos de Limite de Crédito, no montante total de R\$ 510.000, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES. O crédito é destinado à reconstrução e modernização de usinas hidrelétricas afetadas pelas chuvas de maio de 2024 no Estado do Rio Grande do Sul e está à disposição da Companhia com prazo máximo de repagamento de até 16 anos a partir da contratação e conforme condições de liberação estabelecidas nos contratos. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo devedor dessas operações era de R\$ 192.923.

17.3.2. Movimentação Empréstimos

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Captação	200.000	-
Atualização monetária	441	-
Amortização de principal	(7.956)	-
Encargos financeiros provisionados	2.419	-
Encargos financeiros pagos	(1.981)	-
Saldo Final	192.923	-

- **Covenants de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures**

Os contratos de Debêntures da Companhia preveem o cumprimento de certas obrigações não financeiras, bem como a manutenção de certos parâmetros e indicadores de desempenho, tais como divulgação de suas Demonstrações Financeiras auditadas conforme prazos estabelecidos em contrato.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia encontrava-se adimplente em relação a todas as obrigações financeiras e não financeiras (*covenants*) de seus contratos vigentes.

18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para Férias, Gratificações e Encargos Sociais	6.828	4.921
Retenções sobre a Folha de Pagamento	95	254
Outros	140	120
	7.063	5.295

19. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS	2	498	2	498
COFINS	10	2.314	10	2.314
ICMS e ISS	1.600	274	1.600	274
IRPJ e CSLL	1.352	861	1.352	861
FGTS	263	-	263	-
INSS	1.580	1.634	1.580	1.634
Outros	747	356	748	366
	5.554	5.937	5.555	5.947

20. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia Estadual de Transmissão e Geração de Energia Elétrica (CEEE-GT) era Patrocinadora dos Planos de Benefício CEEEPREV e Plano Único junto à Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE. Em abril de 2021, por decisão de seu acionista controlador, a CEEE-GT passou por um processo de cisão parcial, que resultou na criação da CEEE-G e da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T, restando as obrigações de benefício pós-emprego com característica de benefício definitivo alocadas substancialmente na CEEE-T.

A Companhia CEEE-G, considera como passivo o benefício pós-emprego à proporção dos participantes ativos da CEEE-G dos planos originalmente patrocinados pela cindida CEEE-GT até o momento da troca do controle acionário. Após esse marco, não há responsabilidade da CEEE-G, pois nunca figurou como patrocinadora dos planos de previdência complementar.

A PREVIC já reconheceu, inclusive, que a CEEE-G não é patrocinadora dos planos previdenciários administrados pela Fundação Família Previdência, o que está alinhado com a Lei nº 15.298/2019 e o edital de leilão da CEEE-G.

Sendo assim, a CEEE-G assumiu a parte do déficit (valores passados) dos planos de previdência decorrentes da cisão e incorporada na parcela cindida não havendo, ressalte-se, solidariedade entre as Companhias.

Adicionalmente, informa que a Fundação CEEE move ação judicial em face da CEEE-D, CEEE-T e CEEE-G (5106459-78.2020.8.21.0001) objetivando impor a obrigação de patrocínio e custeio dos planos de benefícios

previdenciários administrados pela entidade de previdência privada complementar Fundação Família Previdência.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu a reversão dos valores passivos, tendo em vista o resultado do cálculo atuarial negativo, decorrente da diminuição das obrigações no valor presente devido ao aumento da taxa de desconto somado à evolução do patrimônio do plano sem nenhum ganho ou perda em relação ao ano anterior, não havendo saldos reconhecidos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

21. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

A Companhia é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista, cível, tributária e ambiental que, na avaliação da Administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante, atribuem riscos prováveis, possíveis e remotos. Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

CONTROLADORA E CONSOLIDADO					
31/12/2025					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Ambientais	Total
Riscos Prováveis	127.281	21.085	40	555	148.961
Riscos Possíveis	151.487	439.237	12.262	33.166	636.152
	278.768	460.322	12.302	33.721	785.113

CONTROLADORA E CONSOLIDADO					
31/12/2024					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Ambientais	Total
Riscos Prováveis	98.579	133.456	24	7.213	239.272
Riscos Possíveis	89.879	392.304	5.204	22.800	510.187
	188.458	525.760	5.228	30.013	749.459

21.1. Composição dos processos de riscos prováveis

Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. Os detalhamentos dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações são apresentadas a seguir:

CONTROLADORA E CONSOLIDADO					
31/12/2025					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Ambientais	Total
Passivo circulante	2.098	6.789	-	-	8.887
Passivo não circulante	125.183	14.296	40	555	140.074
Total geral	127.281	21.085	40	555	148.961

CONTROLADORA E CONSOLIDADO					
31/12/2024					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total
Passivo circulante	1.302	45.273	-	-	46.575
Passivo não circulante	97.277	88.183	24	7.213	192.697
Total geral	98.579	133.456	24	7.213	239.272

21.1.1. Movimentação das Provisões

CONTROLADORA E CONSOLIDADO					
Movimentação das Provisões Judiciais					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Ambientais	Total
(=) Saldo final Dezembro/2023	94.815	113.919	291	6.321	215.346
(+) Novos Ingressos	14.033	45.291	-	263	59.587
(-) Pagamentos	(4.950)	(16.570)	(224)	(248)	(21.992)
(-) Montantes Revertidos	(11.922)	(31.219)	(57)	66	(43.132)
(+) Atualização Monetária	6.603	17.947	14	811	25.375
Honorário de Êxito	-	4.088	-	-	4.088
(=) Saldo final dezembro/2024	98.579	133.456	24	7.213	239.272
(+) Novos Ingressos	2.555	-	-	17	2.572
(-) Pagamentos	(2.098)	(14.899)	(2)	(18)	(17.017)
(-) Montantes Revertidos	(30.444)	(98.750)	1	(6.711)	(135.904)
(+) Atualização Monetária	58.689	1.278	17	54	60.038
(=) Saldo final dezembro/2025	127.281	21.085	40	555	148.961

- **Depósitos Judiciais**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	70.111	49.378	70.111	49.378
Cíveis	2.446	107.794	2.466	107.814
Ambientais	20	-	20	-
	72.577	157.172	72.597	157.192

A redução de Depósitos Judiciais em 31 de dezembro de 2025 refere-se principalmente a depósito judicial da categoria cível, vinculado ao processo movido pela TERMOGAÚCHA.

21.2. Composição dos processos de riscos possíveis

	31/12/2025	31/12/2024
Ação que discute Negociação de venda de energia - COPEN - CEEE-G	255.193	237.294
Ação de cobrança referente a aportes financeiros subscritos e não integralizados - Termogaucha	161.564	147.852
Outros processos trabalhistas	151.487	89.879
Outros processos ambientais, minerários e regulatórios	33.166	22.800
Outros processos cíveis	22.480	7.158
Outros processos fiscais	12.262	5.204
Total	636.152	510.187

21.3. Natureza das ações

21.3.1. Trabalhistas

A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes, embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise das chances de êxito da Companhia envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e aos efeitos financeiros das contingências foram determinadas com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra a CEEE-G referem-se a horas extras, responsabilidade solidária/subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, plano de cargos e salários e outras.

Em relação ao contencioso trabalhista, classificado como risco de desembolso provável, destaca-se a ação coletiva relacionada ao processo nº 0021600-08.2014.5.04.0016, movida pela SENERGISUL. O valor provisionado para o processo é de R\$ 56.670 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 13.161 em 31 de dezembro de 2024).

21.3.2. Cíveis

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza cível, para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, a partir de análise efetuada individualmente por processo. As principais matérias tratadas nestas ações judiciais referem-se a inadimplementos contratuais, danos morais, materiais e questões imobiliárias. No que tange ao contencioso cível, classificado como risco de desembolso provável, destaca-se a ação relacionada ao processo nº 2440311-28.2007.8.21.0001, movido pela TERMOGAÚCHA, em que se discutem obrigações societárias. O valor provisionado para o processo é de R\$ 6.658 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 116.068 em 31 de dezembro de 2024), havendo ainda classificação de risco possível na importância de R\$ 161.564, na mesma data.

Já entre os casos com classificação de risco possível, destacamos a ação judicial nº 5002217-39.2018.8.21.0001, movida pela COPEN - Companhia de Petróleo Gás e Energia, relativa a danos materiais e lucros cessantes, cujo valor estimado pelos assessores legais da Companhia é de, aproximadamente R\$ 247.882 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 229.983 em 31 de dezembro de 2024).

21.3.3. Tributárias

O saldo provisionado de R\$ 40 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 24 em 31 de dezembro de 2024) constitui-se de valores relativos a processos tributários.

22. OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Conta de Desenvolv Energético - Quota da CDE	2	1.310
Recursos P&D	29.720	27.295
Recursos FNDCT	8	184
Recursos MME	4	92
Provisão Comercialização Energia MAE/CCEE	79.187	80.026
	108.921	108.907
Circulante	22.444	15.292
Não Circulante	86.477	93.615

a) Programa Pesquisa e Desenvolvimento

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D é um mecanismo legal mandatário de investimento, estabelecido pela ANEEL para as concessionárias de energia elétrica. É calculado com base na receita operacional líquida das empresas e resulta na capacitação e desenvolvimento tecnológico.

Ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento a Companhia destina anualmente 1% da receita operacional líquida. A aplicação dos recursos, registrada em 31 de dezembro de 2025 no ativo circulante, perfaz o montante de R\$ 9.654 (vide nota explicativa nº 8.1) e o saldo a realizar é de R\$ 22.429 no passivo circulante e R\$ 7.290 no passivo não circulante (R\$ 13.706 e R\$ 13.589, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024).

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, dos recursos restantes, 40% são pagos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e 20% ao Ministério de Minas e Energia (MME).

b) Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Trata-se de provisão de energia comprada no âmbito da CCEE, no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. A Companhia mantém esta obrigação reconhecida neste grupo enquanto tramitam ações, no intuito de suspender o andamento da liquidação das transações de energia elétrica, que inicialmente estava prevista para novembro de 2002, remanescendo suspensos tais valores até a decisão final.

A CCEE, por solicitação da Companhia, efetuou a mensuração dos valores devidos e, considerando a avaliação do órgão competente, a provisão foi ajustada aos valores calculados pela CCEE, sendo atualizado conforme condições contratuais estipuladas à época. O montante atualizado perfaz R\$ 79.187 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 80.026 em 31 de dezembro de 2024).

23. CONTAS A PAGAR

A Companhia firmou acordo com a empresa SACE SPA – SERVIZI ASSICURATIVA DEL COMMERCIO ESTERO, no âmbito da ação monitória nº 5006366-59.2010.8.21.0001, com a finalidade de extinguir de modo definitivo todas as obrigações relacionadas à ação. O valor acordado monta a importância de R\$ 27.535 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 43.372 em 31 de dezembro de 2024).

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	11.005	12.410
Não Circulante	16.529	30.962
	<u>27.534</u>	<u>43.372</u>

24. USO DO BEM PÚBLICO

O encargo a título de Uso do Bem Público refere-se ao ônus da concessão, compromisso assumido com o Poder Concedente, decorrente do direito de exploração da geração de energia elétrica. O valor da obrigação será determinado com base na aplicação do percentual de 2,5% sobre a receita anual realizada da Companhia, conforme preconiza o Contrato de Concessão nº 004/2022-ANEEL-CEEE-G. Os pagamentos ao Poder Concedente tiveram início em dezembro de 2023, sendo a liquidação realizada em parcelas mensais no prazo de 05 (cinco) anos.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Uso do Bem Público	14.579	15.289
(-) Ajuste a Valor Presente	(3.728)	(4.530)
	<u>10.851</u>	<u>10.759</u>
Circulante	3.558	2.052
Não Circulante	7.293	8.707

24.1. Movimentação Uso do Bem Público

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	10.759	13.947
Reconhecimento	3.454	914
(-) Montantes Revertidos	(1.021)	-
(-) Ajuste a Valor Presente	21	-
Realização de Ajuste a Valor Presente	691	724
(-) Pagamentos	(3.053)	(4.826)
Saldo Final	<u>10.851</u>	<u>10.759</u>

25. ARRENDAMENTO FINANCEIRO

Os passivos de arrendamento são apresentados abaixo:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamentos	3.795	2.181
AVP - Arrendamentos	(778)	(301)
	3.017	1.880
Circulante	1.486	1.140
Não Circulante	1.531	740
	3.017	1.880

A Companhia possui contrato de arrendamento de frota de veículos leves, além de imóvel destinado às atividades administrativas. O valor presente das obrigações futuras foi mensurado utilizando a taxa incremental de empréstimos – IBR em termos nominais.

A taxa empregada na mensuração de passivo de arrendamento e direito de uso no contrato celebrado durante o exercício de 2025, com prazo de 5 anos, é de 14,69% a.a.

A conciliação dos passivos de arrendamentos está demonstrada na tabela abaixo:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial líquido	1.880	-
Novos arrendamentos	2.375	2.107
Pagamento	(1.686)	(312)
Juros apropriados	448	85
Saldo final líquido	3.017	1.880

Os futuros pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento contemplam pagamentos variáveis, fixos em essência quando baseados em desempenho mínimo e tarifas fixadas contratualmente. Em 31 de dezembro de 2025 os pagamentos mínimos são os seguintes:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO		
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	TOTAL
Arrendamentos	1.595	2.200	3.795
AVP - arrendamentos	(109)	(669)	(778)
	1.486	1.531	3.017

25.1. PIS e COFINS a Recuperar

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor das contraprestações com os fornecedores, ou seja, sem considerar os créditos tributários incidentes após o pagamento. Demonstra-se abaixo o direito potencial de PIS e COFINS embutidos no passivo de arrendamento.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamentos	3.795	2.181
AVP - Arrendamentos	(778)	(301)
Potencial crédito PIS e COFINS	351	202
AVP - Potencial crédito de PIS e COFINS	(72)	(28)

26. OUTROS PASSIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento Clientes	135	-	135	-
Custas Processos Judiciais	-	15	-	15
Outras Obrigações	16.252	17.742	16.252	17.742
Outros Credores	11.109	1.885	11.492	2.268
Guascor Serviços LTDA	13.151	12.137	13.151	12.137
	40.647	31.779	41.030	32.162
Circulante	27.496	19.642	27.496	19.642
Não Circulante	13.151	12.137	13.534	12.520

26.1. Outras Obrigações

O saldo de R\$ 16.252 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 17.742 em 31 de dezembro de 2024) na Controladora e no Consolidado refere-se predominantemente a prêmios de seguros a pagar, bem como a obrigações detidas em favor da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T, desestatizada em outubro de 2021, valores ainda oriundos das operações de cisão da então denominada CEEE-GT (vide nota explicativa nº 8.4).

26.2. Guascor Serviços

O saldo de R\$ 13.151 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 12.137 em 31 de dezembro de 2024) na Controladora e no Consolidado refere-se à obrigação contraída para fins de integralização de capital na investida Jaguari Energética S/A., cujo desembolso para pagamento ocorrerá através de dividendos de direito da Companhia.

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

27.1. Composição

	Nota Explicativa	31/12/2025						31/12/2024				
		CEPN*	DFESA	Coligadas*	Consórcios**	Outros CSN***	CSN	CFB	DFESA	Coligadas*	Consórcios**	CFB
ATIVO												
Suprimento de Energia	5	-	-	-	-	5.680	-	-	-	-	-	-
Outros Créditos a Receber		-	-	-	2.621	438	-	-	-	-	619	-
Termo de Acordo GSF Dfesa	8.2	-	2.377	-	-	-	-	-	16.641	-	-	-
Dividendos	9	-	-	76.026	-	-	-	-	-	74.050	-	-
Arrendamento	10	-	-	-	41.936	-	-	-	-	-	13.289	-
AFAC	13.5	304	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		304	2.377	76.026	44.557	6.118	-	-	16.641	74.050	13.908	-
PASSIVO												
Notas Comerciais	17.2	-	-	-	-	-	556.936	-	-	-	-	-
Dividendos		-	-	-	-	-	-	18.610	-	-	-	18.906
		-	-	-	-	-	556.936	18.610	-	-	-	18.906
RESULTADO												
		31/12/2025						31/12/2024				
		CEPN*	DFESA	Coligadas*	Consórcios**	Outros CSN***	CSN	CFB	DFESA	Coligadas*	Consórcios**	CFB
Venda de Energia	30	-	-	-	-	128.311	-	-	-	-	-	-
Receita de Arrendamento	30	-	-	-	180.582	-	-	-	-	-	157.966	-
Receita de O&M	30	-	-	-	7.505	438	-	-	-	-	6.499	-
Encargos Notas Comerciais	17.2	-	-	-	-	-	(56.936)	-	-	-	-	-
Ressarcimento CFURH		-	3.971	-	-	-	-	-	3.140	-	-	-
Outros		-	1.309	-	-	-	-	-	2.031	-	-	-
		-	5.280	-	188.087	128.749	(56.936)	-	5.171	-	164.465	-

* Controladas e Coligas, conforme notas explicativas nº 13.

** Consórcio Itaúba Energia e Consórcio Passo Real Energia.

*** Empresas integrantes do Grupo CSN, não participantes dos consórcios Itaúba Energia e Passo Real Energia.

As transações da Companhia com suas controladas, coligadas, sociedades de propósito específico e outras partes relacionadas são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores, especialmente pela ANEEL, consoante os termos da Resolução Normativa nº 699/2016.

27.2. Pessoal Chave da Administração

O pessoal-chave da Administração, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, inclui os membros do Conselho de Administração e os Diretores. Abaixo seguem as informações sobre remunerações e saldos existentes:

	CONTROLADORA	
	31/12/2025	31/12/2024
Benefícios de Curto Prazo para Administradores	94	94
	94	94

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

28.1. Capital Social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 1.365.962 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 755.962 em 31 de dezembro de 2024), representado por 16.015.838 (dezesseis milhões, quinze mil, oitocentas e trinta e oito) ações, sendo 15.926.774 (quinze milhões, novecentas e vinte e seis mil, setecentas e setenta e quatro) ações ordinárias e 89.064 (oitenta e nove mil e sessenta e quatro) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. O saldo a integralizar é de R\$ 610.000, em 31 de dezembro de 2025.

	CONTROLADORA					
	31/12/2025					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Companhia Florestal do Brasil	15.926.774	99,44	89.064	0,56	16.015.838	100,00
	15.926.774	99,44	89.064	0,56	16.015.838	100,00
	CONTROLADORA					
	31/12/2024					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Companhia Florestal do Brasil	9.449.127	99,07	89.064	0,93	9.538.191	100,00
	9.449.127	99,07	89.064	0,93	9.538.191	100,00

Em 26 de fevereiro de 2026, ocorreu a AGE nº 026 da Companhia, que deliberou sobre a rerratificação do item 5.2 da AGE nº 022, de 24 de janeiro de 2025, para retificar a quantidade de ações emitidas e o preço de emissão da ação, fixado com base no artigo 170, §1º, inciso II, da Lei das S.A., o qual passa a vigor, para todos os fins de direito e com efeitos retroativos à data de 24 de janeiro de 2025, refletindo no aumento de 1 (uma) ação ordinária.

28.2. Reserva de Lucros

O montante de R\$ 141.097 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 143.946 em 31 de dezembro de 2024) refere-se à reserva de retenção de lucros, devidamente aprovado pelos acionistas em sede de Assembleia Geral Ordinária.

28.3. Outros Resultados Abrangentes

O saldo de R\$ 2.069 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.816 em 31 de dezembro de 2024) refere-se fundamentalmente ao custo atribuído (*Deemed Cost*) dos ativos de geração.

29. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O numerador utilizado para cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído foi o lucro líquido após os tributos.

29.1. Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído

	CONTROLADORA		
	31/12/2025		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo Líquido do Período - R\$ mil	(3.595)	(20)	(3.615)
Quantidade das Ações	15.926.774	89.064	16.015.838
Prejuízo Líquido Básico e Diluído por Ação - R\$	<u>(0,22570)</u>	<u>(0,22570)</u>	<u>(0,22570)</u>
	31/12/2024		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
	Prejuízo Líquido do Período - R\$ mil	(64.693)	(610)
Quantidade das Ações	9.449.127	89.064	9.538.191
Prejuízo Líquido Básico e Diluído por Ação - R\$	<u>(6,84652)</u>	<u>(6,84652)</u>	<u>(6,84652)</u>

30. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Suprimento de Energia Elétrica	128.059	133.120
Receita de Arrendamento	180.582	157.966
Receita de O&M	7.943	6.499
Energia Elétrica de Curto Prazo	82.141	21.319
Outras Receitas Operacionais	2.621	246
Receita Operacional Bruta	<u>401.346</u>	<u>319.150</u>
ICMS/ISS	(583)	(227)
PIS e COFINS	(30.314)	(27.514)
Quota RGR	-	(468)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(228)	(151)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT / PEE	(292)	(1.184)
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	(926)	(1.052)
Compensação Financeira pela Utilização Recursos Hídricos - CFURH	(4.986)	(12.704)
Deduções da Receita Operacional	<u>(37.329)</u>	<u>(43.300)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>364.017</u>	<u>275.850</u>

A receita operacional líquida representa a diferença entre a receita bruta e as deduções da receita operacional. A receita operacional bruta é o valor faturado pela empresa em suas operações, apresentadas a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica e Energia elétrica de curto prazo:** receitas provenientes dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs), Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre (CCEALs) e da disponibilização de Garantia Física de Energia e de Potência na forma de Cotas.
- **Arrendamentos:** receitas provenientes dos contratos de arrendamentos das usinas Itaúba e Passo Real, firmados pela Companhia com o Consórcio Itaúba – Energia e Consórcio Passo Real – Energia.
- **Operação e Manutenção:** receitas provenientes dos contratos de prestação de serviços de Operação e Manutenção das usinas Itaúba e Passo Real, firmados pela Companhia com o Consórcio Itaúba – Energia e Consórcio Passo Real – Energia.
- **Outras Receitas Operacionais:** receitas provenientes de predominantemente de operações de venda de certificados de energia renovável.

As deduções são compostas por tributos decorrentes das operações acima descritas e encargos setoriais.

31. CUSTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(39.979)	(13.664)
Encargo de Uso do Sistema	(9.291)	(14.846)
Custo de Energia Elétrica	(49.270)	(28.510)

31.1. Energia Elétrica Comprada para Revenda

O valor de R\$ 39.979 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 13.664 em 31 de dezembro de 2024) refere-se à aquisição de energia de terceiros, negociados no Ambiente de Contratação Livre.

31.2. Encargo de Uso do Sistema

O valor de R\$ 9.291 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 14.846 em 31 de dezembro de 2024) refere-se aos encargos de uso do sistema de transmissão (CCT/AVD/EUST/CUST) e distribuição de energia (CUSD).

32. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

32.1. Controladora

	Custo de Operação		Despesas Gerais e Administrativas		Outras Receitas e Despesas Operacionais		Total	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal e Administradores								
Remuneração e Encargos	(30.219)	(38.264)	(7.376)	(2.800)	-	-	(37.595)	(41.064)
Benefício Pós-Emprego - Del. CVM 695/2012	-	(330)	-	-	-	-	-	(330)
INSS - Empregador	(4.976)	(5.487)	-	(67)	-	-	(4.976)	(5.554)
Administradores	-	(39)	(78)	(85)	-	-	(78)	(124)
Total Pessoal e Administradores	(35.195)	(44.120)	(7.454)	(2.952)	-	-	(42.649)	(47.072)
Material	(900)	(1.806)	(6)	-	-	-	(906)	(1.806)
Serviço de Terceiros	(23.236)	(29.268)	(9.535)	-	-	-	(32.771)	(29.268)
Depreciação e Amortização	(4.668)	(4.452)	-	-	-	-	(4.668)	(4.452)
Amortização UBP	(580)	(508)	-	-	-	-	(580)	(508)
Amortização Outorga	(68.366)	(68.367)	-	-	-	-	(68.366)	(68.367)
Despesas de Locação	(501)	(923)	-	(124)	-	-	(501)	(1.047)
Seguros	(10.441)	(24)	-	(7.938)	-	-	(10.441)	(7.962)
Tributos	3.827	(29)	-	(114)	(3.946)	-	(119)	(143)
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	(28.701)	(3.765)	(28.701)	(3.765)
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	112.371	(13.439)	112.371	(13.439)
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	(17)	267	(17)	267
Outras Provisões	-	-	-	-	6.227	(2.093)	6.227	(2.093)
Baixas e Custas Depósitos Judiciais	-	-	-	-	(137.110)	(48.185)	(137.110)	(48.185)
Acordos Judiciais Firmados	-	-	-	-	13.803	(40.493)	13.803	(40.493)
Recuperação de Despesa	-	-	-	-	4.944	7.275	4.944	7.275
Outros	-	(10.012)	(477)	(40)	(3.098)	1.662	(3.575)	(8.390)
	(140.060)	(159.509)	(17.472)	(11.168)	(35.527)	(98.771)	(193.059)	(269.448)

32.2. Consolidado

	Custo de Operação		Despesas Gerais e Administrativas		Outras Receitas e Despesas Operacionais		Total	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal e Administradores								
Remuneração e Encargos	(30.219)	(38.264)	(7.376)	(2.800)	-	-	(37.595)	(41.064)
Benefício Pós-Emprego - Del. CVM 695/2012	-	(330)	-	-	-	-	-	(330)
INSS - Empregador	(4.976)	(5.487)	-	(67)	-	-	(4.976)	(5.554)
Administradores	-	(39)	(78)	(85)	-	-	(78)	(124)
Total Pessoal e Administradores	(35.195)	(44.120)	(7.454)	(2.952)	-	-	(42.649)	(47.072)
Material	(900)	(1.806)	(10)	-	-	-	(910)	(1.806)
Serviço de Terceiros	(23.236)	(29.268)	(9.850)	(432)	-	-	(33.086)	(29.700)
Depreciação e Amortização	(4.668)	(4.452)	-	-	-	-	(4.668)	(4.452)
Amortização UBS	(580)	(508)	-	-	-	-	(580)	(508)
Amortização Outorga	(68.366)	(68.367)	-	-	-	-	(68.366)	(68.367)
Despesas de Locação	(501)	(923)	-	(124)	-	-	(501)	(1.047)
Seguros	(10.441)	(24)	-	(7.943)	-	-	(10.441)	(7.967)
Tributos	3.827	(29)	-	(114)	(3.946)	-	(119)	(143)
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	(28.701)	(3.765)	(28.701)	(3.765)
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	112.371	(13.439)	112.371	(13.439)
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	(17)	267	(17)	267
Outras Provisões	-	-	-	-	6.227	(2.093)	6.227	(2.093)
Baixas e Custas Depósitos Judiciais	-	-	-	-	(137.110)	(48.185)	(137.110)	(48.185)
Acordos Judiciais Firmados	-	-	-	-	13.803	(40.493)	13.803	(40.493)
Recuperação de Despesa	-	-	-	-	4.944	7.275	4.944	7.275
Outros	-	(10.012)	(477)	(46)	(3.098)	1.662	(3.575)	(8.396)
	(140.060)	(159.509)	(17.791)	(11.611)	(35.527)	(98.771)	(193.378)	(269.891)

33. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita de Investimentos	-	8.451
Sinistros Reclamados e liquidações	-	31.786
Processos Judiciais - Levantamento	1.273	-
Perdas Estimadas - Outras Receitas	2.107	17.068
Baixa de Valores não Recuperáveis	(2.392)	(17.910)
Outros	(686)	(5.900)
	302	33.495

33.1. Receita de Investimentos

O valor de R\$ 8.451, em 31 de dezembro de 2024, refere-se ao reconhecimento de ganho na alienação de participação societária da Companhia relativo à alienação de participação societária na empresa Ventos do Sul Energia S.A.

33.2. Sinistros Reclamados

O valor de R\$ 31.786 em 31 de dezembro de 2024 refere-se ao recebimento de indenização de sinistros ocorridos nas plantas da Companhia, decorrentes principalmente dos eventos climáticos ocorridos nas localidades onde se encontram diversas unidades da Companhia. Em 2025 não houve recebimento de indenização de sinistros até 31 de dezembro de 2025.

33.3. Valores Não recuperáveis e Provisão para Devedores Duvidosos

O montante de R\$ 17.910 em 31 de dezembro de 2024 refere-se a baixa de títulos, vencidos a mais de cinco anos, considerando como data de corte 31/12/2023, e sem possibilidade de recuperação. Esse montante encontrava-se predominantemente com provisão para Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa - "PECLD" ou "PCLD" constituída na importância de R\$ 17.068. O registro de reversão dessa provisão foi realizado por ocasião do reconhecimento da perda dos valores a receber.

34. RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicações Financeiras	78.917	81.191	78.917	81.191
Atualização Monet. Depósitos Judiciais	23.853	8.399	23.853	8.399
Outras Receitas Financeiras	2.313	2.324	2.313	2.324
	105.083	91.914	105.083	91.914
DESPESAS FINANCEIRAS				
Atualização Juros e Multa	(320)	(287)	(320)	(287)
Atualização Encargos setoriais	(3.504)	(2.590)	(3.504)	(2.590)
Atualização Depósitos Judiciais	-	(8.608)	-	(8.608)
Encargos Debêntures	(2.985)	(8.418)	(2.985)	(8.418)
Juros Debêntures	(126.613)	(246.478)	(126.613)	(246.478)
Juros Notas Comerciais	(40.754)	-	(40.754)	-
Variações Monetárias Debêntures	(37.250)	-	(37.250)	-
Variações Monetárias Notas Comerciais	(16.182)	-	(16.182)	-
Outras Despesas Financeiras	(11.810)	(14.493)	(11.817)	(14.509)
	(239.418)	(280.874)	(239.425)	(280.890)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	(134.335)	(188.960)	(134.342)	(188.976)

35. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia é tributada com base no lucro real à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre o saldo do correspondente lucro tributável que exceder R\$240 mil ao ano, a título de Imposto de Renda - IRPJ, e à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, a título de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. O lucro tributável corresponde ao lucro líquido do respectivo exercício social, ajustado pelas adições, exclusões ou compensações determinadas pela legislação tributária.

A reconciliação da despesa com IRPJ e CSLL demonstra os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo/lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL	29.674	29.674	(134.069)	(134.069)
Alíquota aplicável	15%	9%	15%	9%
IRPJ (15%) e CSLL (9%)	4.451	2.671	(20.110)	(12.066)
Alíquota aplicável	10%	0%	10%	0%
IRPJ - Adicional 10%	2.943	-	(13.431)	-
IRPJ e CSLL antes das Adições e Exclusões	7.394	2.671	(33.541)	(12.066)
Efetivo líquido de provisões não dedutíveis constituídas/ realizadas no período	(22.312)	(8.032)	(6.190)	(2.228)
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes	164	59	1	-
Receitas não dedutíveis e outras exclusões permanentes	(10.504)	(3.782)	(10.876)	(3.914)
IRPJ e CSLL sobre Lucro Real e Base de Cálculo da CSLL antes das Compensações	(25.258)	(9.084)	(50.606)	(18.208)
Total IRPJ e CSLL - Corrente	-	-	-	-
Total IRPJ e CSLL - Diferidos	24.468	8.821	(50.563)	(18.203)
Total IRPJ e CSLL	24.468	8.821	(50.563)	(18.203)
Alíquotas efetivas de IRPJ e CSLL	82%	30%	38%	14%

36. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

A CEEE-G mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado por meio de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia. Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado e, para os demais, os respectivos valores contábeis, devido a sua natureza de realização, como segue:

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos Financeiros					
Mensurados a Custo Amortizado					
Caixa e Equivalentes de Caixa					
Numerário Disponível	4.1	1.370	189	1.450	322
Aplicações Financeiras	4.2	708.438	699.227	708.438	699.227
Concessionárias e Permissionárias	5	1.091	15.460	1.091	15.460
Arrendamento Operacional	10	41.936	13.289	41.936	13.289
Dividendos a Receber	9	76.026	74.050	76.026	74.050
		828.861	802.215	828.941	802.348
Passivos Financeiros					
Mensurados ao Custo Amortizado					
Fornecedores	16	88.980	29.828	88.985	29.852
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	17	1.935.859	1.916.670	1.935.859	1.916.670
Uso do Bem Público	24	10.851	10.759	10.851	10.759
Arrendamento Financeiro	25	3.017	1.880	3.017	1.880
Dividendos		19.101	19.397	19.101	19.397
		2.057.808	1.978.534	2.057.813	1.978.558

36.1. Gerenciamento de Riscos Financeiros

A Companhia possui alguma exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

36.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, em consequência da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia possui Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs) e no Ambiente Livre (CCEALs). As receitas atreladas a esses contratos possuem, como forma de mitigação dos riscos de crédito, mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes, Cartas de Fiança Bancária, Cartas de Fiança Corporativa ou Certificados de Depósito Bancário (CDBs).

A receita proveniente de usinas prorrogadas e que disponibilizam energia na forma de Cotas de Garantia Física de Energia e Potência tem como garantia de pagamento os Contratos de Constituição de Garantia ("CCGs") celebrados entre as distribuidoras e os órgãos reguladores.

No conjunto, a Administração entende que o risco de crédito ao qual a Companhia está exposta é baixo, devido às características das contrapartes, as garantias financeiras apresentadas e a diversificação de clientes. A Companhia não possui operações com derivativos. A sistemática de garantias é regulamentada pelos órgãos fiscalizadores, como o Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e a CCEE.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das Demonstrações Financeiras foi:

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	709.808	699.416	709.888	699.549
Concessionárias e Permissionárias	5	1.091	15.460	1.091	15.460
Arrendamento Operacional	10	41.936	13.289	41.936	13.289
		752.835	728.165	752.915	728.298

36.1.2. Risco de Preço

A partir da assinatura do novo contrato de concessão nº 004/2022, em novembro/2022, a Companhia passou para condição de Produtor Independente de Energia (PIE) e teve seus contratos regulados de cotas de garantia física interrompidos. Dessa forma, a totalidade da garantia física de suas usinas ficou livre para negociação a preços de mercado.

No momento, a principal parcela de remuneração da CEEE-G é proveniente de Contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (CCEALS), que tem seus preços definidos a partir das chamadas ofertas públicas, cujos contratos apresentam cláusulas de reajuste por índices de inflação, majoritariamente o IPCA.

A energia não comercializada fica sujeita a variações do preço de mercado e aquela não vendida em contrato é liquidada ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), valor calculado e divulgado semanalmente pela CCEE, cujos limites máximos e mínimos são estabelecidos anualmente pela ANEEL.

Além destes tipos de contratos, a Companhia dispõe ainda de contratos de arrendamentos e prestação de serviços de operação e manutenção de dois ativos originalmente constantes do Contrato de Concessão nº 004/2022, que garantem uma receita fixa mensal e cujos contratos apresentam cláusulas de reajuste por índices de inflação.

36.1.3. Risco de Mercado

No Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) o risco de mercado é baixo por envolver agentes de distribuição que compram sua energia em leilões promovidos pelos órgãos reguladores do Setor Elétrico. Essas empresas têm contratos de concessão de longo prazo, portanto, mais estáveis.

No Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) os agentes negociam compra e venda em condições livremente acordadas entre as partes, com exceção de empresas estatais, cujos contratos são resultado de ofertas e chamadas públicas. Os contratos no ACL normalmente possuem menor duração, se comparados com o ACR, sendo um mercado mais dinâmico, o que pode trazer inconsistências econômicas e contratuais provenientes da concorrência entre as empresas, tornando os agentes, no geral, mais instáveis.

36.1.4. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco potencial de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros. A CEEE-G utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo, visando à necessidade potencial de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária.

CONTROLADORA					
	Nota	Valor Justo	Até 1 ano	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos Financeiros					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	709.808	709.808	-	-
Concessionárias e Permissionárias	5	1.091	1.091	-	-
Arrendamento Operacional	10	41.936	41.936	-	-
Dividendos a Receber	9	76.026	76.026	-	-
		828.861	828.861	-	-
Passivos Financeiros					
Fornecedores	16	88.980	88.980	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	17	1.935.859	42.986	-	1.892.873
Uso do Bem Público	24	10.851	3.558	7.293	-
Arrendamento Financeiro	25	3.017	1.486	1.531	-
Dividendos		19.101	19.101	-	-
		2.057.808	156.111	8.824	1.892.873
CONSOLIDADO					
	Nota	Valor Justo	Até 1 ano	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos Financeiros					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	709.888	709.888	-	-
Concessionárias e Permissionárias	5	1.091	1.091	-	-
Arrendamento Operacional	10	41.936	41.936	-	-
Dividendos a Receber	9	76.026	76.026	-	-
		828.941	828.941	-	-
Passivos Financeiros					
Fornecedores	16	88.985	88.985	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	17	1.935.859	42.986	-	1.892.873
Uso do Bem Público	24	10.851	3.558	7.293	-
Arrendamento Financeiro	25	3.017	1.486	1.531	-
Dividendos		19.101	19.101	-	-
		2.057.813	156.116	8.824	1.892.873

36.1.5. Gestão de Capital

Condizente com outras companhias do setor, a CEEE-G monitora a sua estrutura de capital por meio do índice de endividamento sobre o patrimônio líquido. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital próprio. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de circulante e não circulante), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e de investimentos em títulos do governo. O capital próprio corresponde ao patrimônio líquido.

O endividamento do Patrimônio Líquido é obtido pela divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Endividamento					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	17	1.935.859	1.916.670	1.935.859	1.916.670
Caixa e equivalentes de caixa	4	(709.808)	(699.416)	(709.888)	(699.549)
Dívida Líquida		1.226.051	1.217.254	1.225.971	1.217.121
Patrimônio Líquido		894.990	898.092	894.990	898.092
Endividamento do Patrimônio Líquido		1,37	1,36	1,37	1,36

36.1.6. Valor Justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	709.808	709.808	709.888	709.888
Concessionárias e Permissionárias	5	1.091	1.091	1.091	1.091
Arrendamento Operacional	10	41.936	41.936	41.936	41.936
Dividendos a Receber	9	76.026	76.026	76.026	76.026
		828.861	828.861	828.941	828.941
Passivos Financeiros					
Fornecedores	16	88.980	88.980	88.985	88.985
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	17	1.935.859	1.935.859	1.935.859	1.935.859
Uso do Bem Público	24	10.851	10.851	10.851	10.851
Arrendamento Financeiro	25	3.017	3.017	3.017	3.017
Dividendos		19.101	19.101	19.101	19.101
		2.057.808	2.057.808	2.057.813	2.057.813

Assume-se que os instrumentos financeiros que a Companhia possui estão registrados com um valor próximo ao seu respectivo valor de mercado, em razão da sua natureza e do prazo de realização.

36.1.7. Hierarquia do Valor Justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou para o passivo diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou para o passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

As aplicações financeiras são classificadas no Nível 2, uma vez que, consideramos como *inputs* observáveis, porém, não são negociados em mercado ativo (taxa de juros). A Companhia não possui saldo de instrumentos financeiros qualificáveis nos níveis 1 e 3 da hierarquia do valor justo.

36.1.8. Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A seguir, apresentamos a análise de sensibilidade aos riscos relacionados às taxas de juros. A Companhia considerou dois cenários distintos para avaliar o impacto das variações dessas taxas: o Cenário 1 prevê um horizonte de elevação das taxas de juros, e o Cenário 2 projeta um horizonte de redução.

Para realização do cálculo, foram consideradas como referências as taxas de fechamento em 31 de dezembro de 2025, com base em um modelo de dispersão, que considera não apenas as variações históricas das taxas de juros, mas também projeções detalhadas da administração. Essa abordagem permite uma avaliação abrangente e precisa dos potenciais impactos econômicos decorrentes de oscilações nas taxas de juros.

	Juros	31/12/2025		
		Taxa de juros	Cenário 1	Cenário 2
CDI		14,90%	17,69%	12,97%
IPCA		4,26%	5,76%	3,96%

Os efeitos nos saldos em reais referentes a ativos e passivos atrelados a taxas de juros, considerando os cenários 1 e 2 são demonstrados a seguir:

Variações nas taxas de juros	% a.a	Ativo	Cenário Provável (*)	Impacto nos saldos em 31/12/2025	
				Cenário Extremo Otimista	Cenário Extremo Pessimista
CDI	14,15%	708.438	105.557	125.349	91.913
Impacto no Resultado		708.438	105.557	125.349	91.913

Variações nas taxas de juros	% a.a	Passivo	Cenário Provável (*)	Impacto nos saldos em 31/12/2025	
				Cenário Extremo Pessimista	Cenário Extremo Otimista
IPCA	5,48%	(1.868.698)	(79.607)	(88.906)	(3.149)
Impacto no Resultado		(1.868.698)	(79.607)	(88.906)	(3.149)

(*) A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2025 registrados no ativo e passivo da Companhia.

36.2. Gerenciamento de Riscos Relacionados à Companhia e suas Operações

36.2.1. Riscos Hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (“SIN”) é realizado, na sua maior parte, a partir de usinas hidrelétricas, que estão sujeitas ao risco de escassez de água ao longo do tempo. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na sua região geográfica como em outras regiões do país.

O arranjo institucional estabelecido pelo Poder Concedente procura reduzir o risco hidrológico desses empreendimentos através da definição de uma garantia física e da instituição do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”). Esse mecanismo é um instrumento financeiro de compartilhamento do risco hidrológico entre todos os agentes de geração hidrelétrica, sendo compulsório para todas as usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente pelo ONS.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da Garantia Física, poderá resultar em exposições no Mercado de Curto Prazo (“MCP”), podendo impactar negativamente a Companhia. De forma a mitigar esses riscos a Companhia adota mecanismos de proteção adicionais, tais como o hedge energético.

36.2.2. Riscos Ambientais

A instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos voltados às concessões de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais relacionados à fauna e flora, emissões atmosféricas, água e solo. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas aos padrões de qualidade e de proteção ambiental estabelecido por diversas leis e regulamentos ambientais que, se violados, podem sujeitar os infratores a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais na esfera cível.

A edição de novas leis e regulamentos ou a ocorrência de eventos não previstos que possam resultar em passivos ambientais pode ter um efeito adverso material sobre os negócios da CEEE-G, não apenas sob o aspecto financeiro, mas também operacional.

Com base na legislação ambiental, a Companhia mapeou e monitora seus riscos ambientais. Os principais riscos foram mapeados, descritos e classificados de acordo com sua probabilidade de materialização e impacto. Dessa forma, as ações de mitigação praticadas são avaliadas continuamente quanto a sua adequação/suficiência para a mitigação dos riscos à Companhia.

37. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios, para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

As vendas por área geográfica estão demonstradas abaixo:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Mercado Interno	364.017	275.850
	364.017	275.850

38. SEGUROS

A Companhia mantém, quando aplicável, coberturas de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são consideradas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. Não faz parte da revisão do Auditor Independente este julgamento da Administração.

39. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em consonância com as diretrizes do Pronunciamento Técnico CPC 24 — Evento Subsequente, reportamos que não ocorreram eventos subsequentes entre a data final das Demonstrações Financeiras — 31/12/2025 — e a data da ratificação de sua emissão pelos órgãos da Administração.

Pedro Barros Mercadante Oliva

Diretor-Superintendente e de Relações com Investidores

Alberto de Senna Santos

Diretor sem designação específica

David Moise Salama

Diretor sem designação específica

Acyr Frauches Curty

Gerente Geral de Controladoria

CRC/SP-267.136/O-1

Rita de Cássia Paulin Cordeiro

Contadora

CRC/RS-060.169/O-0

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na qualidade de Diretores da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G, declaramos, nos termos do Art. 27, §1º, alínea VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo/SP, 11 de março de 2026.

Pedro Barros Mercadante Oliva
Diretor-Superintendente e de Relações com Investidores

Alberto de Senna Santos
Diretor sem designação específica

David Moise Salama
Diretor sem designação específica

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Na qualidade de Diretores da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G, declaramos, nos termos do Art. 27, §1º, alínea V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes relativo às Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo/SP, 11 de março de 2026.

Pedro Barros Mercadante Oliva

Diretor-Superintendente e de Relações com Investidores

Alberto de Senna Santos

Diretor sem designação específica

David Moise Salama

Diretor sem designação específica